



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 65

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 3 de junho de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

A sessão iniciou-se com a [interpelação ao Governo Regional sobre Educação, Ciência e Cultura](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após as intervenções do Sr. Deputado Félix Rodrigues (*CDS-PP*) e do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*), o debate prosseguiu com a participação das Sras. Deputadas Judite Parreira (*PSD*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Renata Correia Botelho (*PS*) e dos Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), José Andrade (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Luís Rendeiro (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Borges (*PS*), Jorge Costa Pereira (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Lúcio Rodrigues (*PS*).

Seguiu-se o debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/98/A, de 4 de agosto, que define e caracteriza o património baleeiro regional e estabelece medidas e apoios destinados à respetiva inventariação, recuperação, preservação e utilização”](#).

Usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*), para apresentar o diploma, seguindo o debate com a participação dos Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), José Andrade (*PSD*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e da Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Sobre o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/X – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que “estabelece o Regime Jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Garcia (*PSD*), a quem coube a apresentação da iniciativa, Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), José Ávila (*PS*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*).

Aquando da votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira **Luís**
André Cláudio Gambão **Rodrigues**
André Jorge Dionísio **Bradford**
António Gonçalves Toste **Parreira**
Arlinda Maria Focha **Nunes**
Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**
Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Catarina Paula **Moniz Furtado**
Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa
Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno de Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Paulo Henrique **Parece** Baptista
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**
Artur Manuel Leal de **Lima**
António **Félix** Flores **Rodrigues**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com o ponto um da Agenda: **Interpelação ao Governo Regional sobre Educação, Ciência e Cultura**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, conforme estipula o artigo 132.º do nosso Regimento e estão assim distribuídos:

O interpelante, o Partido Socialista e o Governo Regional dispõem de 32 minutos, o PSD de 24 minutos e as Representações Parlamentares de 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“A Secretaria Regional da Educação Ciência e Cultura orgulha-se de ter, em suas mãos, o futuro dos Açores: porque tem a seu cargo todo o sistema público de Educação não superior, bem como a tutela pedagógica do ensino particular, cooperativo e solidário, incluindo as escolas profissionais; porque tutela as políticas para os sectores da Ciência e da Cultura, onde cada vez mais se encara como uma prioridade a formação das novas gerações para a cultura em geral e para a cultura científica em particular, e a sua relação com a sociedade; e porque se ocupa da Juventude e do Desporto – cujos praticantes são, na sua generalidade, jovens. Assim, o futuro dos Açores dependerá, de uma maneira determinante, das decisões que forem tomadas e postas em prática por esta Secretaria”.

Este é um excerto do texto principal da página oficial da Secretaria Regional da Educação, Ciência e Cultura, assinado por Luiz Fagundes Duarte, o Secretário Regional.

Pois bem... Queremos questionar o futuro!

O combate ao insucesso e ao abandono escolar é um desafio social e político. Os dados dos Açores indicam que 43% de jovens adultos não concluíram os respetivos ciclos na idade certa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quanto?

O Orador: Fagundes Duarte, o Secretário Regional que trata do futuro, dizia o ano passado: *"Temos a pior taxa de insucesso de toda a União Europeia"*, referindo que a situação *"tem de fazer pensar"* a sociedade açoriana. Ainda de acordo com o Secretário Regional *"a culpa não é de ninguém, é de todos nós"*; *"a sociedade"* e *"a generalidade"* dos pais que *"não valorizam a escola"*.

O insucesso escolar é multifatorial, não existindo um, mas vários insucessos escolares. Tudo depende da perspetiva em que nos colocarmos: insucesso em relação a quê? Em relação ao aluno? Em relação à escola? Ou em relação ao mercado de trabalho?

Não havendo culpa, será que há uma política de combate ao insucesso escolar nos Açores, Sr. Secretário?

O mesmo responsável pelo futuro e pela Educação, que antes dizia não haver culpados, pensou melhor e concluiu: o insucesso está *"na massa do sangue,...*

(Risos do Deputado Artur Lima)

... ou mais cientificamente no ADN dos alunos e das famílias".

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem é que disse isso?

O Orador: Por essa teoria, Sr. Secretário, deveria ser-lhe concedido o prémio Nobel da Medicina, por ter descoberto nos Açores, um novo gene: o do insucesso escolar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas o nosso futuro não se fica por aqui: a mais recente descoberta científica do Sr. Secretário da Educação, Ciência e Cultura para justificar o insucesso escolar prende-se com quartos de cama! Isso parece estranho, para não dizer bizarro,...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... mas para Luiz Fagundes Duarte “qualquer aluno que tenha as condições normais de estudo, ou seja, um quarto de cama onde possa estudar, tem obrigação de ter sucesso escolar e ser bom um aluno”.

Sr. Secretário: então acabe-se com as escolas, com os professores...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A ideia é essa!

O Orador: ... e, por ventura, com a Secretaria da Educação. Tudo se resume a um quarto de cama! Dê-se os livros, o quarto... e já agora... a cama!

Todas estas teorias gizadas pelo principal responsável pelo futuro dos Açores, são uma prova de arrogância e sobrançeria para com aqueles que não tiveram oportunidades de dar melhores condições de vida e de estudo aos seus filhos, como aquelas que o Sr. Secretário aparentemente teve...

Valha-nos a satisfação de que existem muitos Açorianos, a começar por esta Assembleia, que tiveram sucesso escolar e que não tiveram um quarto individual para estudar. Noutros tempos, com muitas outras dificuldades, muitos tiveram sucesso escolar. Mas, acima de tudo, noutros tempos, não havia essa forma brejeira de analisar a realidade.

Afinal, Sr. Secretário Regional, reconhece ou não culpados pelo insucesso escolar nos Açores? Se sim, quem são, ou o que é? Se não, por que culpa as famílias?

Mas o problema, no futuro, pode ser bem mais grave, porque não se vislumbra um esforço para o reconhecimento do mérito ou a valorização do esforço e do trabalho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: De facto, uma sociedade ignorante é muito mais facilmente influenciada, tal como se pensa que Salazar pensava. Muita gente pensa assim!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O insucesso escolar, ao fim de 18 anos de governação socialista, não é genético, nem está no quarto de cama. Este insucesso é resultado das políticas seguidas, com consequências sociais e económicas drásticas e

dramáticas, como, por exemplo, o aumento do desemprego e da pobreza na Região.

O insucesso escolar está, em qualquer parte do mundo, inequivocamente ligado às políticas educativas:

Não poderá o insucesso escolar nos Açores corresponder a uma desadequação entre as aspirações dos alunos, as necessidades do sistema social, político, cultural e económico?

Não poderá o insucesso escolar estar ligado ao aumento da burocracia, na escola e no sistema educativo, a que os professores estão, cada vez mais sujeitos, numa prática antagónica à pedagogia?

Retirar os alunos das escolas das freguesias, com ambientes mais familiares e colocá-los em mega agrupamentos, não contribuirá também para as elevadas taxas de insucesso que temos?

Não poderão as crenças pessoais, os preconceitos e as conceções erróneas sobre o papel da escola, da família e da sociedade, do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, implícitas na sua governação, contribuir decisivamente para o insucesso escolar?

Relativamente às políticas para o combate ao insucesso escolar, o futuro, de acordo com aquilo que vimos do trabalho do Sr. Secretário Regional, poderá ser *“ir de fracasso em fracasso, alegremente”*.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passemos à Ciência: a 5 de fevereiro de 2013, o Secretário Regional afirmava que *“O Governo dos Açores garante a manutenção de bolsas de investigação científica tal como foram contratualizadas”*. Singelos 15 dias depois, o mesmo protagonista, decidiu cancelar o pagamento das propinas ligadas às bolsas de doutoramento, atribuídas poucos meses antes das eleições. Informou os bolseiros, através de ofício, que teriam que ser eles a pagar a propina anual de 2750€.

Mais tarde voltou a dar o dito pelo não dito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Viva o Socialismo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O PS!

O Orador: Foi anunciado pelo Governo Regional que as áreas prioritárias de Investigação e Desenvolvimento nos Açores eram: o Mar, a Agricultura, a Pecuária e Agroindústrias e o Turismo.

Nomeou então o Sr. Secretário Regional uma comissão consultiva *ad hoc*, com vista ao estabelecimento de uma política de Ciência nos Açores, comissão essa que considera serem áreas prioritárias para a investigação “*a produção sustentável de recursos biológicos*”, a bioeconomia e a biotecnologia, a preservação e valorização do património natural e humano, a biodiversidade, entre muitas outras áreas ligadas à biologia.

Se as prioridades do Governo Regional parecem adequadas, as prioridades do titular da Ciência, se seguir esses conselhos, estão desenquadradas. Como é possível defender-se projetos de investigação científica interdisciplinares quando a Comissão nomeada pelo Sr. Secretário Regional é constituída apenas por seis biólogos e uma cientista social?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Passemos à política cultural: O paradigma do desconserto é o processo conducente à construção da nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh!... Mas isso é Obras Públicas!

O Orador: Luiz Fagundes Duarte foi o seu precursor. Desertou porque valores mais altos se levantaram. Aquando de uma travessia no deserto político teceu as mais agressivas críticas às alterações introduzidas no projeto (com as quais estamos de acordo, por incrível que pareça); agora, não consegue fazer nascer o “mostrengo”...

É curioso verificar os papéis de “Olívia Patroa” e de “Olívia Empregada” que o Sr. Secretário Regional Fagundes Duarte tem que representar... Enquanto “Patroa” não gosta, critica ferozmente, diz que o projeto atual é de “mau senso e de mau gosto”... Porém, enquanto “Empregada”, não lhe resta solução que não seja cumprir as ordens, mesmo contra a sua sensibilidade cultural...

Mas há mais no que se refere a equipamentos desportivos e culturais: Para quando se prevê a abertura ao público do “Antigo Hospital da Boa Nova”?

Quando será feita a reabertura da primeira fase das obras do Convento de Santo André, onde está parte do Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada, previstas para início de 2014?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às apostas nas infraestruturas desportivas, como a requalificação dos pavilhões polidesportivos da Achada (Nordeste), de Santo Espírito (Santa Maria) e do Corvo, e a construção do pavilhão de Santa Bárbara (Terceira) o que está feito e o que falta fazer?

A sua política desportiva, Sr. Secretário, tem sido definida pelo “tempo”... O tempo de adequar a legislação dos Açores às “*novas realidades*” do desenvolvimento desportivo e às “*tendências verificadas na evolução de alguns modelos competitivos*”. Na prática, este discurso quer dizer, corte-se! Corte-se no apoio à prática desportiva e à promoção da atividade física.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Será que a Educação, Ciência e Cultura nos Açores vão continuar: Divagar e sempre?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está no ADN do PS!

O Orador: Sr. Secretário, divagar em educação e ciência, é enganar o futuro. Nesse processo geram-se três espécies de mentiras: mentiras, mentiras deslavadas e estatísticas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Conforme define o artigo 184.º do Regimento, tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é uma interpelação! Queremos respostas! Não é para gastar o tempo!

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, minhas senhoras e meus senhores:

O Governo olha sem angústias nem sobressaltos o trabalho que tem vindo a realizar nas áreas da Educação, da Ciência e da Cultura, que são os temas

propostos para este agendamento. E de outra maneira não poderia nem deveria ser: o programa com que o PS se apresentou a eleições, e que o Governo transformou no seu próprio programa, que trouxe a esta Assembleia onde foi discutido, está a ser cumprido no tempo previsto e sem nunca deixar de vista os objetivos que se propôs e as medidas que definiu para os atingir.

Na área da EDUCAÇÃO, era necessário concluir-se o grande processo de requalificação e melhoramento do parque escolar: pois bem, a primeira fase da EBI da Horta está concluída, e o projeto da segunda fase está quase pronto, prevendo-se o lançamento do concurso de empreitada em setembro próximo. A ES Domingos Rebelo está em vésperas de conclusão, a EBS das Velas ficará concluída em fevereiro de 2015, e a EBS das Lajes do Pico está em obra. Já foi lançado o concurso para a empreitada da EBI da Ribeira Grande, e ainda este ano serão lançados os concursos para a EBI Canto da Maia,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora é que vem o sucesso escolar!

O Orador: ... a EBS da Calheta, e a EBI dos Arrifes. O concurso para o projeto da EBI de Rabo de Peixe está a decorrer, o da EBI das Capelas será lançado ainda este mês, e o da EBI da Lagoa em agosto. Ainda em junho, será lançado o concurso para obras de melhoramentos da ES Antero de Quental.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas é Secretário Regional das Obras Públicas ou é Secretário Regional da Educação?

Deputado Berto Messias (PS): Não quer ouvir Sr. Deputado?!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quero ouvir falar de educação!

O Orador: O que quer dizer que, se tudo correr bem como cremos que correrá, no final da presente legislatura apenas teremos três escolas por concluir, mas que se encontrarão em fase adiantada de obra: Lagoa, Capelas e Rabo de Peixe. Todas as outras estarão prontas e a funcionar nas novas instalações. Por isso, em matéria de construções escolares, o Governo cumpre e cumprirá o que foi o seu programa eleitoral.

Mas a grande preocupação do Governo, nesta legislatura, e como o Sr. Deputado aqui disse, com a sabedoria que todos lhe reconhecemos, é o combate

ao insucesso escolar – ou melhor, o combate pelo sucesso escolar dos nossos alunos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Nota-se!

O Orador: Por isso lançámos ou estamos a desenvolver medidas como o Projeto Fénix; a atribuição de créditos horários para Português e Matemática nos 2.º e 3.º ciclos; o programa de formação e acompanhamento dos professores do 1.º ciclo no que diz respeito ao Português e à Matemática nos 2.º e 4.º anos de escolaridade; o programa de mediadores para o sucesso escolar, que será lançado em 2014-2015,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é só asneiras!

O Orador: ... com vista a promover junto dos jovens em risco competências não cognitivas mas essenciais para o sucesso escolar, recorrendo à figura do tutor escolar e envolvendo a família, os professores e a comunidade; os cursos de formação vocacional, a iniciar-se também em 2014-2015, com o objetivo de conclusão dos 2.º e 3.º ciclos pelos jovens com graves problemas de insucesso escolar;...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é manter o povo ignorante para continuar no poder!

O Orador: ... a diversificação da oferta formativa por meio de cursos PROFIJ, agora com maior diversidade de oferta formativa; estamos a trabalhar na monitorização do Regime de Educação Especial, do Apoio Educativo, bem como do Programa Oportunidade, que já foi revisto; e, em estreita colaboração com as Secretarias Regionais da Saúde e da Solidariedade Social, envolvemo-nos na problemática da intervenção precoce junto das crianças que ainda não entraram no sistema educativo.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Agora é educação precoce!

O Orador: Já trouxemos a esta Assembleia, onde foram discutidas e aprovadas, alterações significativas aos diplomas do Estatuto do Aluno, da gestão das escolas, e do ensino particular, cooperativo e solidário; e muito em breve

traremos à consideração de Vs. Excelências uma proposta de alteração ao regime da Ação Social Escolar. E, logo que entre em vigor o diploma recentemente aprovado nesta Casa sobre os concursos extraordinários para integração nos quadros de docentes contratados com três ou mais anos de serviço, abriremos um concurso para provimento de 102 vagas, a que se somam as 34 já postas a concurso, num total de 136 – tantas são, presentemente, as necessidades permanentes do sistema.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Medidas como a obrigatoriedade das provas finais nacionais para os 4.º e 6.º anos, o teste de inglês obrigatório para os alunos do 9.º ano e facultativo para os dos restantes anos, e a preparação, atualmente em curso, da nova disciplina de História, Geografia e Cultura dos Açores, são também entendidas pelo Governo como instrumentos importantes para a promoção do sucesso escolar. A estas medidas somar-se-ão, ainda, o sistema de gestão escolar integrado, vulgo matrícula eletrónica, cujo concurso público de execução está neste momento a decorrer, bem como uma versão específica do alargamento do PISA, que nos permitirá obter um retrato mais fiel da nossa realidade escolar e dos problemas que a marcam, para assim encontrarmos as melhores soluções para eles.

Em matéria de CIÊNCIA, estamos a trabalhar com a comunidade científica na elaboração do Plano Regional para a Ciência, cujo documento de base será discutido nas II Jornadas da Ciência que se realizarão nos dias 13 e 14 do corrente mês, na Praia da Vitória.

O novo modelo, que se desenha, assentará na definição de cinco grandes áreas, cada uma com a sua provisão orçamental, às quais se candidatarão projetos específicos que incluirão, obrigatoriamente, e para além do projeto em si, lugares de bolsiros de investigação científica, bem como a candidatura a uma das duas vagas de investigador de alto nível que serão disponibilizadas para cada uma destas áreas, de forma a atrair investigadores de topo para a Região.

Um dos parâmetros de avaliação e de financiamento destes projetos será a capacidade de cada um se relacionar e interagir com os agentes sociais e

económicos açorianos, promovendo sinergias, a transferência de conhecimento e o emprego científico, trazendo assim, para a Região, valor acrescentado e o retorno do investimento neles feito. Os atuais bolseiros terminarão os seus contratos nos termos em que foram assinados; mas os novos já serão contratualizados ao abrigo deste novo modelo. Durante o segundo semestre de 2014 serão preparados os concursos para projetos, para produzirem efeitos a partir de 2015.

Entretanto, foram lançados diversos concursos no âmbito do PRO-SCIENTIA; assinados contratos com os Centros de Ciência; está a processar-se o apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores; e estamos a cumprir os compromissos contratualizados com os atuais 106 bolseiros, cujos subsídios de manutenção, seguros e, no caso dos de doutoramento, pagamento de propinas, são consideravelmente superiores aos praticados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia para o todo nacional.

Finalmente, e no que à CULTURA diz respeito, lançámos o novo procedimento concursal para a conclusão da nova Biblioteca de Angra do Heroísmo; a obra do Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas encontra-se concluída, estando constituída uma Comissão de Curadores que nos está a ajudar a definir o programa funcional deste grande equipamento que contamos ter em funcionamento por finais do corrente ano; está concluído o programa museológico do novo Museu Francisco de Lacerda, na Calheta, prevendo-se que no próximo mês já tenhamos o estudo prévio de arquitetura, a que se seguirá o procedimento normal; em julho lançaremos o concurso para as obras de reparação da cobertura da Igreja das Manadas; por finais de 2014 teremos concluído o projeto do polo de Vila do Porto do Museu de Santa Maria, e em janeiro de 2015...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isso é uma intervenção do Governo ou é uma resposta a uma interpelação?

O Orador: ... teremos concluído o projeto de requalificação do antigo Cinema do Aeroporto; por finais de junho, estaremos em condições de fazer a

apresentação pública, no local, do projeto de implementação do Ecomuseu do Corvo.

Celebrámos, recentemente, um protocolo com a Diocese de Angra com o objetivo de contribuir para a inventariação do património cultural existente nas igrejas da Região, e de dar formação aos párocos e comissões fabriqueiras de modo a habilitá-los a melhor protegerem e valorizarem o muito rico património cultural que, sendo de todos, está à sua guarda.

No que diz respeito à divulgação dos produtos culturais açorianos, foi lançada, em maio passado, a Agenda Digital, e em breve contamos poder disponibilizar a compra *on line* de livros, CDs e outros produtos compatíveis. A feira do Livro de Lisboa, a decorrer, conta com 3 pavilhões organizados pela Direção Regional da Cultura, onde se encontram cerca de 500 títulos de 19 editores açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é kafkiano! É uma coisa inusitada!

O Orador: Com o objetivo de promover e divulgar os artistas e criadores açorianos, a Temporada Artística, a decorrer em todas as ilhas entre 8 de março e 29 de novembro, contará 42 eventos que envolverão cerca de 250 artistas e técnicos de espetáculos de grande qualidade, todos açorianos ou residentes nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor vá fazer espetáculo fora daqui! É vergonhoso o que o senhor está a fazer!

O Orador: Também já se encontra em funcionamento o Laboratório de Artes Cénicas, destinado a dar formação aos grupos de teatro, para já em S. Miguel, mas com alargamento previsto a outras ilhas. E já foi atribuído o Prémio de Humanidades Daniel de Sá, a que concorreram 27 obras. Durante o corrente mês de junho serão divulgados os apoios aos agentes culturais, que este ano apresentaram um número inédito de candidaturas no valor total de mais de 4.200.000,00€.

Finalmente, a área da Cultura tem sido contemplada com um conjunto de iniciativas legislativas, tanto propostas de DLR como de DRR, que visam constituir um edifício legislativo sistémico, que valorize a qualidade, a

capacidade de iniciativa e de formação, que incentive a responsabilização dos agentes culturais, e que promova e defenda o património cultural dos Açores, em todas as suas vertentes.

É esta, Sras. e Srs. Deputados, a política do Governo para a Educação, a Ciência e a Cultura. Há quem ache que se trata de uma política errática. Há quem gostaria que nada disto se tivesse feito ou viesse a fazer-se. Há quem fale sem saber o que diz.

Minhas senhoras e meus senhores, há quem que, como a raposa, da fábula,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aliás, ficou demonstrado!

O Orador: ... prefere desdenhar as uvas a que não consegue chegar – ensaiando saltos em vão e invocando fantasmas onde, na realidade, o que existe é uma obra bem concreta e definida. Basta querer vê-la e aceitá-la. Uma obra talvez ainda imperfeita, talvez ainda insuficiente – mas que é, estamos disso convencidos, sólida, sistémica e objetiva, e que a seu tempo produzirá resultados positivos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então é tudo uma questão de fé!

O Orador: São estes os resultados que perseguimos – e tudo aquilo que deles nos pretenda desviar, e que não seja construtivo e dialogante, nada mais será senão ruído.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo Regional)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem várias inscrições.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, uma interpelação.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, queria perguntar-lhe que figura estamos a usar, regimentalmente, nesta altura.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi aqui manifestada uma total falta de respeito, de arrogância e de prepotência, para com este Parlamento, por parte do Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, porque foi interpelado, não respondeu a única pergunta e veio dali de cima fazer uma intervenção do Governo.

Não respondeu a uma única pergunta que lhe fizeram, não respondeu minimamente àquilo que foi interpelado e isso é uma falta de respeito para com este Parlamento. Que fique registado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Convém é fazer de conta que não houve uma interpelação!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma interpelação de mau pagador!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Essa intervenção foi uma velhacaria!

Presidente: Sr. Deputado, está registada a sua interpelação.

Vamos iniciar o debate.

Está inscrita a Sra. Deputada Judite Parreira. Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura:

“A educação é um motor imprescindível para a coesão social, é a escola que verdadeiramente pode transformar a sociedade esbatendo barreiras sociais e promovendo os indivíduos.” Isto pode ler-se no Programa do Governo.

Passado que é já um ano e meio de governação do atual Governo Regional, ao qual temos de adicionar os 16 anos anteriores de governação do Partido Socialista, continuamos a ter problemas de insucesso escolar gravíssimos, com resultados que teimam em não melhorar e com uma taxa de abandono escolar que a todos envergonha porque ultrapassa os 40%.

O Sr. Secretário até agora não respondeu a pergunta nenhuma que lhe foi feita.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma vergonha!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Eu ainda não ouvi pergunta nenhuma!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não respondeu a nada! Eu já conheço essa tática!

A Oradora: Mas vou continuar, vou insistir fazendo mais perguntas, na esperança de que o senhor me responda.

Relativamente ao abandono e ao insucesso escolar, Sr. Secretário:

Quanto ao insucesso escolar o senhor, amiudadas vezes, referiu que se encontrava no ADN das famílias.

Ora, estando certa de que o senhor não pretende fazer um apuramento de raça, então com certeza deve ter medidas para resolver esta situação.

Deputados Jorge Macedo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Agora, o que eu não acredito é que essas medidas passem pela redução de apoios (e refiro-me à redução de apoios do Regime Educativo Comum) por falta de professores. Ou seja, com a contratação de menos professores, os alunos com dificuldades de aprendizagem tiveram direito a menos apoios.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O ADN!

A Oradora: Com certeza que não é assim que vamos melhorar os resultados escolares.

Os alunos do Regime Educativo Especial foram reavaliados, numa pressa de os retirar deste regime, passando-os para o Regime Educativo Comum, diminuindo os apoios ou até retirando-lhes completamente o apoio ou passando para o apoio indireto.

Sr. Secretário, isto são medidas que certamente não visam melhorar os resultados escolares.

Por outro lado, temos o Programa Oportunidade com alunos que não resolvem os seus problemas educativos, com professores que detestam estas turmas, que fogem de lecionar estes alunos e os alunos encontram-se num gueto.

Deputado André Bradford (PS): Fogem?! Que linguagem é essa?! Está na profissão errada!

A Oradora: Isto não resolveu nem resolverá o seu problema.

Que medidas é que o Sr. Secretário tem para minorar os problemas destes alunos?

Por outro lado também, Sr. Secretário, não será com certeza com megas escolas, que já foram rejeitadas por outros países, e que o senhor no seu folhetim, salvo erro no n.º 618, (eu sou uma leitora assídua, já lhe disse) referia que em França a opção era pequenas escolas junto das comunidades com resultados escolares muito positivos.

O senhor defende isso, acha que é uma boa medida, e aqui faz exatamente o contrário, construção de megas escolas, concentrando os alunos todos nas mesmas escolas. É isto que temos verificado. O senhor constrói grandes escolas, fecha as pequeninas escolas das freguesias e concentra-os todos lá.

É isso que o senhor se prepara para fazer na escola Francisco Ornelas da Câmara.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Não! Quais são as que vão fechar?

A Oradora: Está a dizer que não.

Então o senhor não sabe (e vai ter que me esclarecer também isso), mas recentemente o seu chefe de gabinete, em resposta ao abaixo-assinado dos encarregados de educação da Escola Francisco Ornelas da Câmara, disse (e eu passo a citar): “acresce que a Escola Secundária Vitorino Nemésio possui todos os recursos físicos e humanos para a integração na escola de todo o 3.º ciclo do ensino básico da área pedagógica da Praia da Vitória e a Escola Básica e Integrada da Praia da Vitória será rentabilizada com a inclusão de alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico de alguns estabelecimentos de educação e ensino pertencentes àquela unidade orgânica”.

Isto é ou não a assunção de que se vão fechar escolas do 1.º ciclo? Ou o senhor não tinha conhecimento disso...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Tenho! Vou explicar-lhe!

A Oradora: ... e alguém está a decidir por si? O senhor vai ter que esclarecer isso.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ou o senhor não sabe o que é que se passa ou então sabe e depois diz uma coisa agora e outra depois.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sr. Secretário, este é um assunto que importa clarificar.

Por outro lado, Sr. Secretário, combater a taxa de abandono escolar.

Pergunto-lhe: como é que o senhor pretende combater?

Ainda não se sabe. Estamos a terminar um ano letivo, estamos prestes a preparar o próximo ano letivo, e ainda não se sabe nada. Está tudo no segredo dos Deuses.

Como é que com os 100 mil euros que estão estipulados pela União Europeia, e contemplados no Programa do Governo para 2014, para combater o abandono escolar, o senhor pensa operacionalizar isso? É uma coisa que nós também gostaríamos de saber.

Falou de construções escolares e o melhoramento das escolas que já estão construídas há muitos anos e com necessidade de intervenção.

Volto a referir o caso concreto da Escola Vitorino Nemésio, na Praia da Vitória. Não sei se o senhor continua com a intenção de transferir todos os alunos do 3.º ciclo da Escola Francisco Ornelas da Câmara para a Vitorino Nemésio este ano.

Ainda faço outra pergunta: a Escola Profissional da Praia está parada. Quando pensa que ela vai estar concluída?

Essa transferência foi baseada no pressuposto de que os alunos da Vitorino Nemésio seriam, alguns deles, transferidos para a Escola Profissional da Praia, nomeadamente os que estão no Programa PROFIJ.

Não estando concluída atempadamente para o início do próximo ano letivo, não haverão salas disponíveis para instalar todos os alunos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É só trapalhadas!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: O senhor continua a pensar fazer essa transferência já este ano?

Deputados Cláudio Almeida e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: É que a escola ainda não foi oficialmente informada disso.

Quando é que vai informá-la?

Eles precisam preparar o ano letivo.

É necessário fazer a distribuição do serviço docente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quando é que o senhor pensa fazer isso?

Estas são questões que todos gostaríamos de ver esclarecidas, Sr. Secretário.

Por agora fico-me por aqui.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura:

Não vou para já comentar a intervenção que V. Exa. fez da tribuna, embora merecesse ou me vá merecer eventualmente alguns comentários, mas vou começar esta minha participação no debate com uma pergunta muito concreta, para a qual com certeza V. Exa. dará respostas muito concretas e esclarecedoras.

Até porque estamos no Faial, eu tenho conhecimento de que a Direção do Colégio de “O Castelinho”, antigo Lar das Criancinhas, foi informada de que a partir de setembro deixará de ter apoio do Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com o apoio do Bloco de Esquerda!

O Orador: A pergunta é: isto corresponde à verdade? Agradecia que fosse clara até para que os pais e encarregados de educação que têm filhos nesta instituição pudessem perceber o que é que vai acontecer.

Se a resposta for sim, fica uma outra pergunta, Sr. Secretário: porquê? Como é que justifica esta opção do Governo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): São as maçónicas! Só apoia as do avental!

O Orador: Antecipando uma eventual resposta: é porque o ensino público cobre a oferta. Então ficará uma outra pergunta: mas então por que é que se continua a apoiar instituições de ensino privado, com diferentes níveis de ensino, onde se sabe que a rede pública cobre essa oferta?

Sr. Secretário, para iniciar a minha participação neste debate, gostaria que fosse claro: vai ou não o Governo Regional deixar de apoiar o Colégio “O Castelinho”?

Agradecia que justificasse porquê e que respondesse a todas as questões que eu coloquei.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É assim mesmo!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor só fez duas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Andrade tem agora a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura:

O Sr. Secretário Regional conseguiu, aqui e agora, a proeza (ou a esperteza!) de falar das intervenções do Governo nos equipamentos culturais dos Açores e ao mesmo tempo ignorar as responsabilidades do Governo no processo do Museu Carlos Machado. Por que será?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode responder! É público!

O Orador: Acho que vale a pena reavivar aqui a memória.

O núcleo sede do Museu Carlos Machado, instalado no antigo Convento de Santo André, em Ponta Delgada, é o principal equipamento museológico da ilha de São Miguel e é, inclusivamente, o museu mais antigo dos Açores.

Fundado em 1876, alberga um espólio representativo da identidade açoriana, com valiosas coleções de História Natural, Etnografia, Pintura e Escultura, incluindo obras emblemáticas de Domingos Rebelo e Canto da Maia.

Mas está fechado ao público há 2.775 dias para obras que nem sequer chegou a iniciar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É uma vergonha!

O Orador: O Governo Regional encerrou as instalações a 31 de outubro de 2006 para obras de ampliação e remodelação.

O Governo primeiro fechou o museu e só depois é que iniciou o processo.

Em 2007, foi a primeira fase do concurso, com a seleção curricular.

Em 2008, foi a segunda fase do concurso, com a escolha do projeto.

Em 2009, o Governo adjudicou o projeto de remodelação e ampliação, ao arquiteto Paulo David, por mais de 400.000 euros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É socialista!

O Orador: Em 2010, o Governo desistiu da ampliação do imóvel e anulou a sua própria decisão.

Em 2011, o Governo adjudicou um novo projeto de mera remodelação, embora ao mesmo arquiteto, por mais de 380.000 euros.

Também em 2011, o Governo anulou a sua nova contratualização, por imposição do Tribunal de Contas.

Ainda em 2011, o Governo lançou um novo concurso público para o projeto de remodelação, com o preço base de 400.000 euros e o prazo contratual de 255 dias.

Passa o ano de 2012 e, mais uma vez, nada acontece.

A 11 de dezembro de 2012, o Grupo Parlamentar do PSD dirige um requerimento ao Governo a pedir explicações sobre as sucessivas trapalhadas deste processo.

No próprio dia, o Diretor Regional da Cultura anuncia em declarações à RDP que vai “proceder à abertura imediata do polo que está fechado” (isso foi a 11 de dezembro de 2012).

No dia seguinte, o PSD dirige um segundo requerimento ao Governo com a pergunta óbvia: Então se pode abrir de imediato porque é que está fechado há mais de seis anos?

Ao longo do ano de 2013, o PSD formaliza ainda mais dois requerimentos sobre este processo que apanham o Governo em manifesta contradição.

Sobre os prazos:

Na primeira resposta, em janeiro, o Governo “prevê a primeira fase de reabertura até ao final do primeiro trimestre de 2013”;

Na segunda resposta, em junho, o Governo já “estima que, após a adjudicação, a obra se desenvolva no prazo de três meses”.

Sobre os custos:

Na primeira resposta, em janeiro, o Governo garante que “não existiram encargos para a Região resultantes da anulação contratual” da obra de remodelação e ampliação;

Na segunda resposta, em junho, o Governo admite que “os montantes envolvidos respeitam aos prémios monetários atribuídos aos cinco concorrentes melhor classificados no concurso” para o fornecimento de um novo projeto de remodelação.

O Governo, quanto mais se explicava, mais se afundava.

Em julho, os Deputados do PSD visitaram o museu encerrado e requereram a audição do Governo em comissão parlamentar.

Em setembro, o Secretário Regional da Cultura explicou na Comissão dos Assuntos Sociais:

- que “só” foram pagos 100.000 euros de prémios aos 5 concorrentes do concurso anulado;
- que o edifício, por estar fechado, entrou num processo de degradação;
- que os trabalhos de reabilitação, orçados em 52.000 euros, começam em outubro e acabam em dezembro;
- que vai reabrir o museu apenas com um percurso conventual e apenas com os funcionários que tem.

E depois continua a atirar o problema para a frente.

A 5 de novembro, na apreciação do Plano em comissão, refere que o museu “reabre paulatinamente ao longo do próximo ano”.

A 27 de novembro, no debate do Plano em plenário, refere que o museu “entra em funcionamento no último trimestre de 2014”.

Estamos em junho de 2014 e o convento continua fechado como em outubro de 2006.

O museu desperdiçou mais de 7 anos.

O Governo desperdiçou mais de 100.000 euros.

E tudo continua na mesma.

Considerando as perguntas sucessivas e as respostas anteriores, já não vale a pena confrontar os governos socialistas com os prazos desrespeitados ou com os custos desnecessários.

Por isso queremos aqui colocar uma única questão ao Secretário da Cultura.

Sr. Secretário:

- O Governo não tem vergonha deste processo?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vergonha é coisa que para aqueles lados não existe!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As minhas questões dividem-se em duas áreas principais: a primeira área tem a ver com a ciência; a segunda mais concretamente com a educação.

A questão que tenho que lhe colocar sobre ciência já foi aqui focada quer na intervenção do Sr. Deputado Félix Rodrigues, quer até mesmo pelo Sr. Secretário, e diz respeito às Jornadas de Ciência que têm sido organizadas na Região.

Sabemos que em 2013 foram organizadas as Jornadas de Ciência que deram origem a um grupo de trabalho *ad hoc* que na altura produziu um documento, que foi uma recomendação dessas mesmas Jornadas de Ciência de 2013.

Este ano de 2014, na Praia da Vitória, para a próxima semana, está prevista a realização das próximas Jornadas de Ciência.

No documento que foi produzido por essa comissão *ad hoc* está lá claro, inequivocamente, que o maior número de bolseiros corresponde necessariamente, e tem correspondido sempre, a uma maior produção científica, e tece algumas recomendações que emanam desta constatação, que tem a ver com a recomendação para que os bolseiros tenham a sua estabilidade profissional garantida, assim como também recomenda ao Governo Regional que apoie reuniões científicas.

As próximas Jornadas de Ciências decorrem já na próxima semana na Praia da Vitória.

Os bolseiros foram convidados mas, por incrível que possa parecer, não foi assegurado o apoio total, ou não foi assegurado os custos com a deslocação dos bolseiros e com a estadia.

O que eu questiono é se estas Jornadas que se vão realizar para a próxima semana são Jornadas Científicas, não digo para bolseiros ricos porque não existem, mas para investigadores científicos ricos, enquanto aqueles, os bolseiros, que serão os investigadores pobres, não terão direito ao apoio para garantir a sua deslocação e a sua estadia?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente! Só financiam os ricos!

O Orador: Por que é que isso não foi garantido?

Relativamente à educação, eu compreendo que a direita parlamentar queira confundir, apesar de não o fazer explicitamente, rigor com uma fúria examinadora aos alunos. Pensa que o rigor impõe-se através de exames e que assim podemos então construir uma sociedade mais desenvolvida.

Na educação, no que diz respeito à promoção do sucesso escolar, tem de haver aqui alguma distinção entre conceitos.

Quando falamos em insucesso escolar não estamos necessariamente a falar de dificuldades de aprendizagem, ou seja, uma coisa não é sinónimo da outra. Insucesso não é sinónimo de dificuldades de aprendizagem, assim como dificuldades de aprendizagem poderá não ser sinónimo de necessidades educativas especiais.

O meu receio é que, apesar de termos um sistema de ensino que gradualmente tem vindo a diversificar a sua oferta para assim se adequar às expetativas dos seus alunos e para que os alunos consigam ter motivação para assim obterem sucesso escolar (sim, porque o sucesso escolar está sempre muito associado à motivação dos alunos), suscita-me algumas dúvidas esta diversificação dos currículos.

Ao querer diversificar, para aumentar a oferta e assim dar resposta às expetativas dos alunos, na prática, o que está a acontecer é que estamos a

promover um sistema dual e não é isso que nós queremos, um sistema dual no pior dos sentidos, que faz lembrar o antigo sistema utilizado pelo Estado Novo, em que aqueles alunos que não tinham as mesmas capacidades financeiras, ou as melhores capacidades financeiras, eram desviados para as escolas industriais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode falar de sistema albanês!

O Orador: ... e aqueles que tinham maiores possibilidades financeiras iam para o ensino regular (os antigos liceus) e então podiam seguir para o ensino superior.

É claro que atualmente, quando falamos em ensino profissional e em ensino regular, quer um, quer outro, são percursos meramente alternativos e ambos dão acesso ao ensino superior.

Portanto, não estaremos aqui, em teoria, a falar de ensino dual à moda antiga, mas na prática o que está a acontecer é que o encaminhamento de alunos para o ensino técnico profissional está muito associado ao seu sucesso escolar, ou neste caso insucesso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que está a acontecer nos Açores é muito pior do que isso e foi feito pela mão de Álvaro Meneses!

O Orador: Muitas vezes, pior do que isso, faz-se uma triagem do que seriam alunos que eventualmente enquadravam-se nas necessidades educativas especiais e que acabam por ser desviados para o ensino técnico profissional como se fosse um ensino dedicado a quem tem necessidades educativas especiais, quando isso não corresponde de facto à realidade.

Por isso apanhamos atualmente nas escolas profissionais alunos que acabam por sair de lá desmotivados, sem qualquer tipo de formação, muitas vezes porque desistem, porque não conseguem acompanhar um ensino técnico profissional que não está e nunca esteve, e espero que nunca venha a estar, enquadrado como um ensino especializado para as necessidades educativas especiais.

A minha questão é se não estaremos na prática a promover um sistema dual que mais tarde venha dar origem, então sim, a um sistema dual que será assumido

politicamente como um ensino técnico profissional para aqueles menos capazes e um ensino regular para aqueles que são mais capazes.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Menos capazes?! Está a confundir o Sr. Secretário!

O Orador: Esse é o meu receio, espero que isso não venha a acontecer.

Como é que essa triagem é feita nas escolas?

Claro que temos equipas de apoio especializado que deveriam fazer o seu diagnóstico e direccionar os alunos com dificuldades de aprendizagem, consoante a natureza das suas dificuldades de aprendizagem, se são pontuais ou se são permanentes: se são pontuais por um apoio educativo, se são permanentes para as necessidades educativas especiais. Mas como é que é feita na realidade essa aprendizagem?

São utilizadas avaliações de carácter psicológico como a aferição e a aplicação de provas que permitam perceber o funcionamento cognitivo das crianças e dos jovens e assim dessa forma, juntamente com outros instrumentos de diagnóstico enquadrá-los ou no apoio educativo ou nas necessidades educativas especiais?

Isso é o que está em teoria garantido. Agora, na prática, o que eu receio, aliás tenho prova disso, é que a distinção entre necessidades educativas especiais e apoio educativo esteja praticamente simplificada à constatação se um aluno tem negativas num determinado ano (num só ano) em todas as disciplinas e o aluno que só tem negativa, por exemplo, numa ou duas disciplinas. Aquele que tem negativa numa ou duas disciplinas é enquadrado no apoio educativo; aquele que tem negativa a todas as disciplinas vai para as necessidades educativas especiais. Aqui é que constatamos que existe uma confusão de conceitos.

Ora, um aluno que tem negativas em todas as disciplinas num determinado ano não quer dizer que tenha necessidades educativas especiais, aliás nem têm em conta, nem consideram, o historial do aluno ao longo de todo o seu percurso escolar. Não se considera sequer avaliações especializadas. Eu digo isto com prova. Com prova, como?

Tenho aqui um teste de seleção para psicólogos numa escola onde é colocada uma questão muito prática, muito específica e espera-se que o candidato, ou

seja, o psicólogo ou psicóloga, dê uma resposta taxativa sobre quem deve ser enquadrado no regime de necessidades educativas especiais e quem deve ser enquadrado no regime de apoio educativo.

O exemplo que aqui é dado é bastante esclarecedor.

Aqui é dado o exemplo de uma criança que tem negativa numa disciplina e outra criança que tem negativa em todas as disciplinas e não considera sequer o percurso escolar nem avaliações que possam ter sido feitas.

A resposta que é esperada é que o psicólogo enquadre, somente com esta informação, a criança que tem dificuldades, ou que tem negativa numa só disciplina, no apoio educativo, e aquela que tem dificuldades em todas as disciplinas nas necessidades educativas especiais.

Penso que esta não é, não deve ser sequer, a melhor estratégia, a melhor metodologia para enquadrar alunos no regime de necessidades educativas especiais e no regime de apoio educativo.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: O que eu receio é que se confundam conceitos como insucesso, dificuldades de aprendizagem e necessidades educativas especiais.

Obrigado.

Presidente: Informo que o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Luiz Fagundes Duarte é Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura há quase dois anos. É mais ou menos o mesmo tempo que já decorreu com a obra da Biblioteca Pública de Angra parada.

Este é um tema da exclusiva responsabilidade do Governo Regional. Não pode, nem o Governo Regional, nem o Partido Socialista vir culpar ninguém, como de costume o Governo da República, por este problema. Este é um problema da vossa responsabilidade.

No seu discurso comicieiro o Sr. Secretário tentou fugir a esta questão fazendo de conta que a mesma não existe, mas nós não vamos deixar que o faça.

A Biblioteca de Angra é uma obra que o Sr. Secretário tem vergonha, mas não assume responsabilidades.

É uma obra que foi anunciada e prometida pelo Partido Socialista em 1997. No entanto, só se iniciou em 2009.

Já não vamos falar nas questões da localização, nem da tipologia do projeto. Estão mais que batidas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não convém estar pronta!

O Orador: Mas vamos falar das questões financeiras.

A construção da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo já sofreu cinco derrapagens financeiras.

O Governo Regional autorizou trabalhos a mais nesta obra numa totalidade de 14.73% do valor inicial, ou seja, um aumento de despesa de 1.7 milhões de euros, e todos os adicionais referem-se a reformulações ao projeto inicial.

Os Deputados do PSD eleitos pela Terceira, em fevereiro de 2012, visitaram estas obras e o executivo socialista escondeu que as mesmas se encontravam suspensas, mandando pôr máquinas a trabalhar, já tendo conhecimento das dificuldades financeiras da empresa responsável pela obra, só para fazer vista no dia em que a comunicação social estava a ver.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Foram vocês que escolheram!

O Orador: Efetivamente, logo a seguir à nossa visita, o empreiteiro da FDO declarou insolvência e a obra parou.

Agora é o Tribunal de Contas que vem, e bem, fiscalizar os procedimentos que ocorreram nesta obra.

Depois de ter recusado o visto para o concurso que daria seguimento à obra da nova Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo, o Tribunal de Contas avança agora com uma auditoria à empreitada. O Tribunal de Contas chumbou o concurso que daria continuidade à obra devido a um erro considerado grave no caderno de encargos.

Do ponto de vista do Tribunal de Contas, o caderno de encargos impunha condições que restringiam de forma excessiva os candidatos que podiam ir a concurso. Parecia que o Governo já estava a escolher as empresas da maneira como elaborou o caderno de encargos.

Agora, o Tribunal de Contas suspeita que trabalhos já realizados e pagos, no âmbito do anterior contrato, estejam novamente incluídos no último concurso. A matéria já terá sido entregue ao Ministério Público.

Aquando da visita realizada pelos Deputados da Ilha Terceira à obra em curso, curiosamente agendada para o último dia de campanha eleitoral das europeias, curiosamente para desviar as atenções da comunicação social, o seu Diretor Regional admitiu que era verdade que estavam no último concurso obras que já tinham sido realizadas e faturadas (já assumiu que era verdadeira esta questão).

Assumi também de forma clara que pelo facto de a obra estar parada há quase dois anos novos custos adicionais iriam decorrer desse facto, ou seja, a Biblioteca vai ter uma nova derrapagem financeira, vai custar ainda mais dinheiro pelo facto de ter estado parada, pela óbvia degradação dos materiais, pela sua exposição aos elementos.

Sr. Secretário, está na altura do Governo Regional assumir o que é que quer daquele projeto, concluir aquele projeto, criar todas as condições para que haja um concurso público claro, limpo, ao qual as empresas possam concorrer e que seja entregue a empresas que tenham condições de viabilidade técnica e financeira para concluir a obra, porque neste momento estamos na pior das fases. É que é uma obra que se ficar pronta vai ser aquilo que é, um mamarracho!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mamarracho, na sua opinião!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tem razão! É incompetência!

O Orador: Está num ponto em que não pode voltar para trás devido à importância daquilo que já lá está construído e ao volume financeiro já lá investido, mas o ponto pior é a obra parada. Nem se conclui o mamarracho, nem se desmonta aquilo que lá está.

Está lá, ali, pura e simplesmente, a gastar dinheiro e a absorver recursos que têm que ser empregues noutras áreas e que fazem falta à Região.

Era muito importante que o Sr. Secretário não fugisse a este tema e que assumisse as suas responsabilidades e prestasse os devidos esclarecimentos a esta Casa.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem! É incompetência socialista!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de ouvir as várias intervenções que me antecederam não posso deixar de fazer um ponto de ordem num dos temas que, reiteradamente, os partidos têm sido useiros e vezeiros em confundir os conceitos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Já tentámos aqui, mas usam isto como uma boia de salvação. É legítimo! Não têm mais nada a que se agarrar na área da educação. Então usam como boia de salvação a confusão dos conceitos entre abandono escolar e taxa de abandono precoce de educação e formação.

Creio que chegou ao momento de definitivamente entendermos a diferença entre uma e a outra.

As taxas de abandono escolar na Região, segundo os censos que são feitos de 10 em 10 anos, em 1991 (não é para falar de outros, é só por uma questão de censos, não é para falar da altura de governos de outros partidos), na Região, eram de 17.15%. A taxa de abandono escolar, ou seja, aqueles que saem da escola sem ter atingido os limites etários da escolaridade obrigatória que, friso, eram, até 2007, de nove anos de escolaridade ou 18 anos de idade.

Esta taxa, em 91, como eu dizia, era de 17.15.

Em 2011, e estou a falar na Região Autónoma, ela era de 2.36, ou seja, baixámos cerca de 15 pontos percentuais em 20 anos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Isso é o apuro do que é a realidade na nossa Região Autónoma.

Mas também vamos às taxas de abandono precoce de educação e formação, que tanto gostam os partidos da oposição de se agarrar, qual boia de salvação ou tábua, depois de um naufrágio.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que está a afundar é a política socialista para a educação e cultura!

A Oradora: A verdade é que, esta taxa de abandono precoce e educação e formação, é preciso clarificar como é que é apurada (é nesta altura que fazem muito barulho para não se perceber).

Ela é feita por inquérito telefónico, em termos de emprego e qualificação/emprego, num questionário imenso, em que de quando em quando há uma pergunta sobre formação, quer seja formação formal ou informal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora os números do INE estão errados! O INE está errado!

A Oradora: Para quem nos está a ouvir perceba do que é que estamos a falar, é preciso dar como exemplo que formação musical em bandas filarmónicas conta para isso;

É preciso dar como exemplo que a formação, *workshops* que os escuteiros fazem, conta para isso, como formação informal.

Ou seja, qualquer ação não formal, não em contexto educativo de escola, seja profissional, seja regular, conta para a aferição dessa taxa.

Telefonicamente, depois de 100 perguntas:

- Então nas últimas três semanas ou nas últimas duas, teve alguma ação?

E a pessoa, para si, formação é escola:

- Não, não tive!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É do ADN!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é dedução sua!

A Oradora: É assim que se chegam às taxas que tanto a oposição gosta.

Mas mesmo essas, vejamos como têm evoluído. Mesmo essas, vejamos, com todo o enviesamento das variáveis que lhe incumbem, como é que têm evoluído.

Em 2003 (e já não vou para trás disso, vou dedicar-me a uma década) na Região era 57.

Em 2013 é de 36.

Baixou em mais de 20 pontos percentuais em 10 anos.

Quanto é que baixou no país?

Ah, no continente partiram de 40. Portanto, já partiram de uma diferença brutal, mas também só baixaram 21% no mesmo espaço de tempo.

Ou seja, nós que vínhamos de um gueto muito superior, conseguimos muitos mais, relativa e proporcionalmente, do que o continente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É 36%?!

A Oradora: Sr. Deputado, 36 é a taxa de abandono precoce de educação e formação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Confirma! Muito obrigado!

A Oradora: A taxa de abandono situa-se nos 2,36.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É 36%! Era isso que queria saber!

A Oradora: Quando o senhor quiser usar os números, o Sr. Deputado tem que ser claro.

Deputado André Bradford (PS): Tem que ser rigoroso!

A Oradora: A União Europeia, bendita OCDE...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sou eu que o digo! É a União Europeia!

A Oradora: Os países do norte da Europa puseram isso aos do sul, porque é a maneira de nós agora contribuirmos com políticas educativas, e era aí também que eu queria chegar.

Sobre as políticas educativas disse o Sr. Deputado Félix Rodrigues, e muito bem na sua intervenção, entre outras coisas, o sucesso escolar de outros tempos. Eu nem quero crer que ele se estava a referir aos tempos em que a escola era só para alguns, em que havia sucesso escolar porque aqueles eram educados para ir à escola...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... porque os outros não iam. Como não iam não havia insucesso, está a ver?

Deputado André Bradford (PS): Só iam os que passavam!

A Oradora: Não havia insucesso, porque só iam os que podiam. Era só para alguns. Como era só para alguns não havia insucesso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso era quando?

A Oradora: Mas o Sr. Deputado Félix Rodrigues ainda falou de mais umas coisas, mais a Sra. Deputada Judite Parreira, que eu gostava ainda de abordar. São relativas ao fecho das escolas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Veja lá se não acaba como no debate da televisão!

Deputado Berto Messias (PS): Inscreva-se!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vou inscrever-me!

A Oradora: Relativamente ao fecho de escolas que a Sra. Deputada Judite e o Sr. Deputado Félix tanto defenderam, o Sr. Deputado Félix até criou um facto político de um fecho que não é fecho para empolar essa situação, a forma como o defende eu acreditava e parecia-me que era uma questão ideológica, subjacente ao partido em que estão inseridos, ao CDS e ao PSD. Mas não! Não pode ser! Não deve ser!

Se fosse, já se tinham insurgido publicamente contra o fecho anunciado de 400 escolas pelo vosso partido lá fora.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Só em dois anos fecharam mais de 500.

Deputado Berto Messias (PS): No país todo!

A Oradora: O Sr. Ministro Nuno Crato, desde que chegou ao poder, já encerrou 500 escolas e este ano fala-se em 400.

Vamos a ver em quantos é que fica, mas é pena que ideologicamente isso não seja de facto. Isto é uma luta vossa, mas não ideológica, não é de partido. É uma

luta contra o Governo, porque só tem algumas tábuas soltas a que se agarrar, que é a taxa de abandono precoce de formação e educação e o fecho das escolas.

Mas eu vou mais. Vou acabar dizendo que há aqui uma coisa que eu tenho que reconhecer.

O Sr. Deputado Félix Rodrigues disse, e bem, que o insucesso (ou o sucesso, digo eu!) é consequência das políticas educativas e há uma coisa que este não, mas os antigos governos e o Partido Socialista se orgulham, é de nas suas fileiras ter proporcionado mecanismos para essas políticas que o Sr. Professor Félix Rodrigues colaborou responsabilmente, e muito bem, com o Partido Socialista, quando integrou as equipas que fizeram parte da elaboração das PASES de matemática do 9.º ano.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é do mais baixo possível!

A Oradora: Os mecanismos que articulam e implementam as políticas educativas são extremamente importantes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora não tem caráter! Não presta!

Deputado Domingos Cunha (PS): Mas o que é isto?

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, o que é isto?

A Oradora: E como orgulhamo-nos, como já disse aqui noutras alturas, quando o PSD não propõe nada da educação e vem aqui tirar partido, aqui também está na altura de nos congratularmos com a colaboração do Sr. Professor Félix Rodrigues.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): A Sra. Presidente não diz nada?!

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, é para apresentar um...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Levanto-me e digo que aquela senhora não tem caráter, nem personalidade!

Deputado Rogério Veiros (PS): E volta a repetir! Mas o que é isto?!

Sra. Presidente, isto não é nada!

Deputado Domingos Cunha (PS): Mas o que é isto?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Félix Rodrigues peço que...

(Protestos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, eu apelo que efetivamente, mesmo sendo em aparte, que nos tratemos todos com respeito e com dignidade.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: A primeira vez não chamei a atenção, porque de facto foi em aparte e nem sempre é possível à Mesa ouvir os comentários que se fazem em aparte, mas apelo, Sr. Deputado, que possamos continuar o nosso debate.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas apela a quem!

Presidente: Eu estou a falar com o Sr. Deputado Artur Lima.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah, está bem!

Presidente: Nesta matéria, neste caso em concreto (mas também não é a primeira vez que acontece) apelo a todos que possamos tratar-nos com a dignidade que esta Casa merece, com respeito, mesmo quando estamos em apartes.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, para apelar a V. Exa. que, no âmbito das suas funções de presidir a este Parlamento e também de conduzir os nossos trabalhos, possa sensibilizar todos os Deputados desta Casa para o cumprimento das regras e para o respeito entre todos os Deputados.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila) e Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Não é admissível, e falo em nome desta bancada, que um Deputado de outro partido diga em aparte a uma Deputada do Partido Socialista que ela não presta e que ela não tem caráter.

Isso não é admissível!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu apelo à Sra. Presidente que imponha respeito neste Parlamento, em nome dos princípios democráticos e em respeito por todos os açorianos que nos elegeram para aqui estar para desenvolver a nossa terra.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, naturalmente que a Mesa regista a sua interpelação.

Foi o que eu acabei de fazer, apesar de que, como disse também, nem sempre a Mesa consegue perceber o que é dito em aparte, por isso muitas vezes é nos totalmente impossível chamar a atenção.

Registo a sua interpelação e faço o mesmo apelo para que todos possamos cumprir e tratar-nos com a dignidade que este Parlamento nos merece.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): Peça desculpa! Fica-lhe bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu? *Jamais!*

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que tem havido aqui da parte do Partido Socialista e da parte do Sr. Secretário Regional é ruído para alguns, como tudo aquilo que ele disse foi ruído para si.

Há uma pequena diferença entre som e ruído, é a vontade de querer ouvir ou não a comunicação. O senhor considerou ruído, o que quer dizer que não está com paciência para ouvir ninguém. É essa postura de arrogância, que é

inadmissível num Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura, que o senhor tem nesta Assembleia e tem publicamente na comunicação social.

Relativamente às questões da taxa de abandono escolar, quando refiro 43%, quem diz é o Sr. Secretário Regional. Citei-o em 2013.

Portanto, a questão para mim está muito clara. Sei qual é a diferença entre objetivos, competências, sucesso e insucesso.

Sei quais são as várias estratégias a tentar aplicar-se para combater o sucesso e fiz perguntas muito concretas ao Sr. Secretário que não respondeu.

Gostaria, por exemplo, de saber, o programa Fénix, para o combate ao insucesso escolar, em que escolas está aplicado, quais são os primeiros resultados, etc., etc.

É verdade, Deputada Catarina Furtado, que estive envolvido numa coisa chamada Provas de Avaliação Sumativas Externas. Colaborei profissionalmente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Enquanto cidadão! Não tem nada a ver para aqui!

O Orador: ... como cidadão e como docente universitário numa coisa que era sigilosa (sigilosa!),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sigilosa! Não era pública!

O Orador: ... exceto a minha pessoa é que não era sigilosa, para a Sra. Secretária de então.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Só falei que era público!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não era público não senhora! A questão está aí!

O Orador: Não era público!

Portanto, foi muito pouco honesto (não digo que seja da sua parte, mas foi desonesto, muito desonesto), da parte dos governantes socialistas de então, terem revelado o coordenador de uma e não terem revelado os membros da prova.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Artur Lima)

O Orador: Quando as provas tinham um erro eu assumia como coordenador,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a perceber agora?

O Orador: ... mesmo quando o erro não fui eu que o cometi, mas como coordenador admitia-o...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora sabia que era sigiloso!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sr. Deputado, eu não sabia!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sabia! A senhora sabia que era sigilosa!

O Orador: ... porque eu não tenho qualquer problema em admitir os meus erros.

Agora é vergonhoso quando se cumpre com sigilo para alguns, se queira atacar as pessoas de forma indecente, misturando política com profissão,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... com ideologias, misturando tudo isso e fazendo um ruído inadmissível.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 26 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 14 minutos.

Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de informar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional 21 minutos, o Partido Socialista 24 minutos, o PSD 7 minutos e 40 segundos, o CDS-PP 17 minutos, o Bloco de Esquerda já não tem tempo, o PCP 8 minutos e o PPM 10 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos continuar o debate. Estava inscrita a Sra. Deputada Renata Correia Botelho, a quem dou a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional:

Se para alguma oposição desta câmara o grande problema da cultura se cinge a uma obra ou a duas obras, fico contente.

Fico contente como cidadã e como Deputada ao ver que afinal, e ainda que naturalmente existam, são talvez poucos os problemas nesta área, mas não deixo de registar que é de facto extraordinário, para não dizer algo lamentável, que para o CDS e para o PSD cultura seja obra, betão,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Precisamente o contrário!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não se meta por aí! Não se meta pelo betão!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Olha quem fala!

A Oradora: ... empreitadas, cadernos de encargos, alvarás, dias, horas e minutos.

Muitas obras teríamos para contrapor às duas que aqui expuseram, enfim, de forma mais evidente, de uma ponta à outra do arquipélago, mas nem me deterei neste aspeto, quer porque o Sr. Secretário...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): No que diz respeito à Biblioteca de Angra é uma vergonha!

A Oradora: ... já enumerou algumas dessas importantíssimas obras que estão a decorrer, ou que já decorreram, quer sobretudo porque para o PS cultura é muito mais do que isso.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

A Oradora: Cultura é estratégia, é a adoção de políticas que permitam aos agentes produzir cultura com qualidade e aos públicos disfrutar dela.

É evidente que as infraestruturas são importantes e grande tem sido o investimento do Governo Regional neste âmbito e é certo também que há obras mais complicadas ou que encontraram ou encontram maiores dificuldades. Ninguém escamoteia isso.

No entanto, tenho de lembrar aqui que o Museu Carlos Machado não é o Núcleo de Santo André.

O Museu Carlos Machado tem outros dois núcleos, o de Arte Sacra e o de Santa Bárbara, onde aliás neste momento decorre uma exposição absolutamente extraordinária, o “Largo Tempo”, comissariada pelo crítico, ensaísta e poeta João Miguel Fernandes Jorge, onde estão patentes obras deste museu que atravessam precisamente um largo tempo e que nos dão uma visão extraordinária da riqueza do seu espólio.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é isso que está em causa!

A Oradora: Isto é cultura!

É cultura a acontecer nos Açores, no Museu Carlos Machado que, para quem ouvisse a exposição do Sr. Deputado José Andrade, parece nem existir.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E quem ouve a Sra. Deputada, até parece que está aberto!

A Oradora: Para o PS a cultura é um bem imenso, um bem maior que não cabe apenas em cadernos de encargos.

Cultura é ter uma visão de conjunto, é ter um plano consistente para as políticas culturais da Região, é ter uma estratégia para os incentivos aos agentes culturais que só engrandecem o desenvolvimento da nossa Região.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E pagar continhas?

A Oradora: E é neste sentido que friso, por exemplo, o novo regime de apoio aprovado nesta Casa recentemente, a Agenda Digital que permitirá colocar em rede os eventos de toda a Região e em comunicação numa plataforma os seus agentes, a participação com 19 editoras açorianas na Feira do Livro de Lisboa, os prémios recém-criados que servem de incentivo aos criadores da Região, a temporada artística feita sobretudo por artistas dos Açores e que atravessa todo

o arquipélago levando cultura aos mais recônditos sítios das nossas ilhas, e a criação do Conselho Regional de Cultura que ajuda a pensar a política cultural que todos queremos para os Açores.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

A Oradora: Para o Partido Socialista, sendo que as obras também fazem parte do investimento do Governo Regional, cultura vai para além do betão, a bem dos Açores e a bem da cultura da nossa Região.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em boa hora o CDS trouxe estas questões da educação e da cultura a debate.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E da ciência!

O Orador: E da ciência!

São questões essenciais. São questões em que temos melhorias muito importantes a realizar na nossa Região e são questões absolutamente cruciais.

Não é possível ganhar a batalha do desenvolvimento se não se ganhar a batalha da educação, a batalha da cultura e a batalha da ciência.

São áreas em que, e os Açores têm um grande potencial em qualquer uma delas, temos que registar progressão.

Partimos de uma realidade em que neste momento este Governo, até ao momento, não conseguiu alterar o paradigma que se instalou na área da educação nos últimos 18 anos.

Quero ser justo.

É verdade que foram feitos, por parte da Região Autónoma dos Açores, grandes investimentos em infraestruturas. É verdade!

E é verdade que também se apostou em fixar os professores nas escolas, que era uma carência grave no parque escolar da Região, e também terminar com a porta giratória que, no fundo, o sistema educativo significava para o sistema educativo nacional. São duas áreas importantes.

O que verificamos é que não chega. Temos que constatar esta realidade.

A verdade é que os exames nacionais, as provas nacionais que os alunos realizam, com os mesmos critérios e o mesmo contexto de avaliação que estão a ser utilizados a nível nacional, têm vindo a demonstrar que não estamos a progredir, estamos a regredir.

Já estivemos à frente da Região Autónoma da Madeira em termos de resultados escolares e agora estamos atrás.

Já estivemos à frente de algumas regiões do interior do país e agora estamos atrás.

Portanto, há aqui um retrocesso no âmbito do nosso sistema educativo e isso quer dizer que o problema não é dos nossos alunos, o problema não é das nossas famílias. Nunca foi!

O povo dos Açores, se nalgumas áreas se destacou, foi pela sua capacidade de criação cultural, foi pela excelência da formação que aqui se obteve e a excelência de muitos intelectuais que muito contribuíram para o país.

Temos que reconhecer que este não tem sido o caminho correto.

Quero ser justo também e dizer que a anterior Secretária da Educação, a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, teve a coragem política, na altura, de colocar a nu esta questão e de realizar as mesmas provas que os alunos portugueses estão a fazer em todo o conjunto do país.

Quando se fez isso, quando se teve a coragem de deixar de esconder esta realidade e comparar os nossos resultados, realizar as mesmas provas, ter a mesma pretensão de obter uma análise nacional contextualizada dos resultados, verificámos que tínhamos perdido terreno.

Por isso considero que é necessário reformar o sistema educativo, que é necessário encontrar um novo caminho.

O novo caminho, Sr. Secretário, tem a ver com algo que já de alguma forma se tentou no final da legislatura passada. Tem a ver com um critério de rigor, de disciplina, um critério de excelência, de procurarmos a excelência dos nossos professores e dos nossos alunos, um critério de exigência junto das famílias também, sim senhora, confrontando-as com aquelas que são as suas

responsabilidades e esse é que é o caminho que temos que concretizar e que temos que percorrer.

Meus senhores, isso não está a ser feito.

Neste momento, a formação de professores na Região Autónoma dos Açores não tem a qualidade e a exigência necessárias. Salta à vista de toda a gente.

É fundamental que...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vai esgotar o seu tempo!

O Orador: Eu estou a controlar o tempo. Vou já terminar. Entretanto os senhores já me fizeram perder, que era o vosso objetivo.

Vou já terminar esta primeira intervenção.

Estava a falar da formação que é absolutamente essencial e aí é uma área em que estamos a falhar.

Há uma segunda área que quero aqui referenciar, que é a seleção de professores. Eu considero que esta é uma área fundamental. Eu já sei que vou ser insultado nas redes sociais.

Deputado Berto Messias (PS): Habitue-se!

O Orador: Mas alguém tem que dizer isto. Alguém tem que dizer que a seleção de professores, neste momento, não tem o rigor, não aposta na qualidade e neste momento não estamos a obter o resultado que se exige em termos do investimento que a Região Autónoma dos Açores está a fazer.

Esta é a segunda área fundamental onde se tem que apostar e isso não está a ser feito.

Na segunda intervenção vou focar mais dois assuntos.

Termino por aqui.

Obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ficamos ansiosos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Borges tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer a minha intervenção à volta da questão da ciência, algumas das questões apresentadas pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues, e com alguns factos.

Facto um: a produção científica na Região tem aumentado de forma muito interessante nos últimos anos;

Facto dois: esta produção tem sido de elevada qualidade como mostram os últimos relatórios do *SIR World Report* que coloca a Universidade dos Açores em quarto lugar a nível das 29 instituições do país em investigação de excelência;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Universidade dos Açores é do Governo?

O Orador: Facto três: os bolseiros, de facto, têm tido um papel muito relevante na produção científica;

Facto quatro: o pacote financeiro disponível no Horizonte 2020, e que de certo modo está disponível para os investigadores, e o pacote financeiro disponível no Programa Operacional para a Investigação da Região são muito superiores a qualquer pacote financeiro anterior.

Conseqüentemente vão haver inúmeras oportunidades para acesso a financiamento, de diverso tipo, desde aplicado, fundamental, etc.;

Facto cinco: dentro dos dez eixos prioritários do Programa Operacional do Governo Regional, quatro vão ter financiamento para a investigação científica, quer fundamental, quer aplicada, nomeadamente o eixo um que é dedicado mesmo à investigação, o eixo três dedicado à relação com as empresas, o eixo cinco relacionado com as alterações climáticas e o eixo dez relacionado com o ensino e aprendizagem ao longo da vida;

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Facto seis: a discussão sobre a estratégia da ciência e do desenvolvimento na Região tem sido ampla e vai continuar a ser ampla na próxima semana com a discussão, na Praia da Vitória, sobre as estratégias para a ciência;

Facto sete: as estratégias do RIS3, que o Prof. Félix bem referiu, nomeadamente a agricultura, a técnica alimentar, o turismo e o mar estão enquadradas no

Programa Operacional, nomeadamente em 10 *clusters* bem definidos e as estratégias para a ciência, que também referiu, incorporam alguns desses aspetos e torna complementar uma parte dessas estratégias com a adição das ciências naturais, da biodiversidade, das ciências sociais, etc.

Portanto, pela primeira vez vamos ter na Região, nos próximos cinco anos, uma ampla possibilidade dos investigadores trabalharem, quer na ciência aplicada com as empresas, quer na ciência mais pura com a estratégia da ciência. Nunca antes isso aconteceu e as oportunidades são inúmeras.

Para dar um exemplo mais recente, o BES Portugal criou o programa “Acredita Portugal”, para incentivar programas empreendedores.

Na Região tivemos três projetos de jovens investigadores, financiados pela ciência, aprovados para as meias-finais e temos um projeto nas finais que sexta-feira vai ser decidido, dentro de 17 projetos, quais os que vão ter um prémio e vão ser financiados. Ou seja, os jovens da Região estão a responder a esses novos desafios e os investigadores da Região vão responder aos novos desafios da Europa para a ciência, inovação e relação com as empresas.

Obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem! Grande intervenção!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fantástica! Até aos cinco primeiros factos acertou!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de responder a algumas perguntas concretas que foram feitas aqui, mas gostaria de chamar a atenção, sobretudo do Sr. Deputado Félix Rodrigues, para o facto de eu, na minha intervenção, até porque o Sr. Deputado tem dado provas

nesta Casa de que é uma pessoa previsível, já respondi antecipadamente à maior parte das perguntas que aqui fez.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não respondeu a uma!

O Orador: Não respondi possivelmente da maneira como gostaria que eu respondesse...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não respondeu a uma!

O Orador: ... mas aí tudo será uma questão de entendimento.

Há aqui algumas questões que eu gostaria que ficassem bem claras. Tem a ver com a sua paixão de momento, que é a gestão do 3.º ciclo na Praia da Vitória, como se o mesmo problema não se pusesse em Angra. O Sr. Deputado é deputado pela Terceira, mas enfim...

Queria dizer aqui – já disse várias vezes, volto a dizer e direi as vezes que forem necessárias, mas gostaria que não fosse necessário voltar a dizer – que o Governo não vai encerrar escolas nos meios rurais. Já disse e fica claro.

Esta reorganização do 3.º ciclo tem a ver exclusivamente com questões administrativas que são influenciadas e determinadas pelos grupos de recrutamento dos professores.

No 2.º ciclo os professores são recrutados a partir de determinados grupos; no 3.º ciclo e no secundário são dos mesmos grupos por disciplina.

O que estamos a fazer é uma gestão de meios, uma gestão de equipamentos.

Já agora aproveito, a Sra. Deputada Judite Parreira, há pouco, referia uma carta do meu chefe de gabinete, para esclarecer isso também.

Aquela carta era resposta a um abaixo-assinado de pais e encarregados de educação, em que se respondia concretamente a perguntas que eram feitas nesse abaixo-assinado.

As escolas do 1.º ciclo, como sabe, são de gestão conjunta entre o Governo e as câmaras municipais. As câmaras municipais é que são as donas/proprietárias dos edifícios e asseguram as despesas de manutenção dos edifícios das escolas do 1.º ciclo.

Portanto, qualquer encerramento que viesse a ser feito nunca seria por iniciativa do Governo, até porque eu também já o disse publicamente... Aliás, quando se

fala em mega escolas, em mega agrupamentos, de facto não é isso que temos; temos escolas bem construídas, com todas as condições, mas não se pode falar obviamente em mega escolas.

De qualquer maneira o objetivo é termos edifícios com todas as condições para os alunos e funcionários.

Se as câmaras municipais, no seu pleno direito, entenderem que algumas escolas do seu concelho devam ser fechadas por uma razão sociológica ou por outra qualquer, o que foi dito foi que a Escola Básica e Integrada da Praia da Vitória terá espaço para toda a gente. Portanto, seria rentabilizada por aí.

Que isso fique bem claro. Eu nunca disse em parte nenhuma, e reafirmo aqui, que iria encerrar escolas.

O Sr. Deputado também estava muito preocupado com o Hospital da Boa Nova, por exemplo, em Angra.

A obra está concluída, o projeto de museografia está em fase de consulta (como sabe, tem que se ter esses procedimentos todos).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há dois anos!

O Orador: Esperemos que a obra de museografia esteja feita até ao fim deste ano, mas como sabe os processos de consulta têm os seu prazos e as suas condições e pode sempre haver reclamações.

No que diz respeito à Biblioteca de Angra, e para todos os Srs. Deputados que levantaram a questão, o Sr. Deputado Rendeiro diz com todas as palavras que houve deslizes, que houve desvios orçamentais.

Sr. Deputado, sugeria que tivesse o bom senso de aguardar pelo relatório do Tribunal de Contas, uma vez que foi feita essa diligência por parte do Tribunal de Contas.

O Sr. Deputado diz que houve desvio de contas. Ou prova, ou aguardará a decisão do Tribunal de Contas.

Relativamente ao Convento de Santo André, Sr. Deputado, e também todos os outros Srs. Deputados que se referiram, o Convento de Santo André é uma peça extremamente difícil (extremamente digna, mas difícil) no que diz respeito a intervenção.

Se os Srs. Deputados forem visitar (aliás, convido todas as Sras. e Srs. Deputados a visitar)...

Deputado José Andrade (PSD): Já visitámos!

O Orador: ... poderão verificar que o claustro já está restaurado, está limpo, foi até construído acesso para pessoas com dificuldades de mobilidade.

Está a ser feito o projeto, que é muito delicado, de eletricidade, que estava em muitas más condições, e a obra vai ser adjudicada muito em breve.

Depois poder-lhe-ei dar a data, mas de acordo com as informações que tenho aqui, a primeira fase do projeto de museografia estará pronta até ao dia 15 deste mês. Depois teremos o concurso público a partir de 16 de junho.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mais um! É uma vergonha!

O Orador: Sr. Deputado, a vergonha é das pessoas que falam sem saber do que se trata.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não! É dos incompetentes que estão nos lugares!

O Orador: O Sr. Deputado Félix Rodrigues também estava muito preocupado com o projeto Fénix. Perguntou-me quais são as escolas em que estava a funcionar. Vou dizer-lhe, se quiser tomar nota:

- Escola EBI Ferreira Drummond,
- Escola Secundária Vitorino Nemésio,
- Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade,
- EBI Ponta Garça,
- EBS Ribeira Grande,
- EBS Vila Franca do Campo,
- EBI de Rabo de Peixe,
- Escola Secundária das Laranjeiras,
- Escola Secundária da Lagoa,
- EBI de Água de Pau,
- Escola Básica e Secundária de Santa Maria,
- Escola Básica e Secundária Tomás de Borba,
- Escola Básica e Secundária da Madalena,

- Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico,
- Escola Secundária Manuel de Arriaga,
- Escola Básica e Secundária da Graciosa e,
- Escola Básica e Secundária das Flores.

Sr. Deputado, como cientista que é e como professor, naturalmente deve saber que só se pode fazer a avaliação depois do processo estar concluído.

Portanto, vamos aguardar que o ano letivo termine, que seja encerrado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que disse que estava!

O Orador: ... e aí teremos dados para apresentar.

De qualquer maneira estamos a trabalhar nisso. O trabalho está a ser feito e todas aquelas medidas que eu anunciei os Srs. Deputados não ouviram. Lamento, mas depois poderão ler no Diário das Sessões. Eu anunciei um conjunto de medidas que estão a ser tomadas no sentido de combater o insucesso escolar.

Como sabe também, o insucesso escolar não se resolve por decreto nem por vontade da Assembleia.

O Sr. Deputado Paulo Mendes está muito preocupado com o ensino especial e com o ensino vocacional.

Sr. Deputado, as medidas que estão a ser tomadas – já foi anunciado o ensino vocacional e outros programas – têm por objetivo um determinado público, um determinado grupo de alunos, que já estão, digamos, no limite máximo de um problemático percurso escolar, aos quais vamos dar mais uma oportunidade.

As escolas vão oferecer, de acordo com as características desses alunos, a possibilidade deles se manifestarem, revelarem que podem progredir e inclusive ficarem com a sua autoestima valorizada.

O Sr. Deputado não conhece a minha história pessoal, mas ela é pública. Não há qualquer espírito salazarista na minha história pessoal.

O que interessa aqui é saber até que ponto é que a escola deve ou não deve ter uma oferta diversificada para a diversidade dos alunos.

O ensino unificado teve a sua função, mas também é verdade que nem todos os alunos têm as mesmas características e os mesmos interesses para terem um ensino normal de aula convencional.

Portanto, as escolas (e há escolas que têm capacidade para isso) estão a trabalhar e estamos a incentivá-las nesse sentido, para abrirem o leque de ofertas a fim de captarem para o sistema alunos que por natureza seriam candidatos confirmados para o insucesso escolar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A grande invenção que os senhores fizeram foram os OPs!

O Orador: Quanto aos alunos com necessidades educativas especiais Sr. Deputado, há escolas nos Açores que têm taxas de 25% de alunos com necessidades educativas especiais. Acha que isso corresponde? Que são verídicas?

Eu não acredito. Por isso estão equipas de monitorização (já percorreram 20 escolas e falta percorrer as outras 20) a verificar, aluno a aluno, como é que eles foram classificados com necessidades educativas especiais.

Não acredito que um quarto da população escolar dos Açores tenha necessidades educativas especiais.

Relativamente às perguntas que me foram feitas, suponho que respondi sucintamente a todos. Queria apresentar os meus cumprimentos ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque de facto aquilo que o Sr. Deputado quer que seja o sistema educativo na Região, nós também queremos.

É evidente que gostaríamos que tudo corresse muito depressa. Gostaríamos que de um momento para o outro não houvesse problemas, mas eu estou aqui, assumo as responsabilidades do passado e assumo as minhas também.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está a ver, Sr. Deputado? Está a ver? Há aí qualquer coisa que não correu bem!

O Orador: Todos sabemos que todos os meus antecessores fizeram o máximo que podia ser feito nas condições que havia para termos um bom sistema educativo. Simplesmente, ainda não atingimos os objetivos.

As pessoas estão muito preocupadas com o insucesso escolar. Temos graves problemas endémicos, é verdade.

Foram buscar citações minhas, descontextualizadas, mas é verdade. O que é facto é que sempre temos tido este problema. É um problema que não se resolve por muito boa vontade, por gestos de magia, mas de qualquer maneira o Sr. Deputado pode contar com a nossa boa vontade e com o nosso empenho em o acompanhar nessa luta contra o insucesso escolar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai ter mais oportunidades!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

No respeito integral por esta figura regimental que temos, que é uma interpelação, e na medida em que o Sr. Secretário não respondeu a uma questão que foi aqui colocada, gostava de repetir a pergunta se confirma ou não a intenção do Governo Regional de encerrar a valência de jardim-de-infância do Lar das Criancinhas da Horta...

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Esqueci-me! Já respondo!

O Orador: ... e se pretende com isso forçar os alunos que já lá estão matriculados a frequentar a Escola Básica António José de Ávila.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

O senhor vem sempre aqui com o seu ar de desprezo para com esta Casa.

Vou dizer-lhe uma coisa. Não se trata de paixão. Não é uma paixão repentina do CDS, a questão da FOC e da Vitorino Nemésio. É o senhor a desvalorizar e a faltar ao respeito à comunidade educativa da Praia da Vitória.

Quem veio ter connosco foram os pais, foram os docentes, foi a comunidade educativa da Praia da Vitória, que o senhor desmente e falta ao respeito. Essa é que é a realidade. Não é a paixão, Sr. Secretário. É a desconsideração que o senhor tem por toda a comunidade educativa.

Sr. Secretário, queria perguntar-lhe (já que o senhor assume o passado, aproveito) quanto foi investido na Escola Básica Francisco Ornelas da Câmara e para que fim? – primeira pergunta.

Segunda pergunta: quanto foi investido na EBI de Angra e para que fim?

É a essas duas perguntas que o senhor vai ter que responder para começarmos a entender-nos daqui para a frente.

Quanto foi investido?

Vou dizer-lhe, Sr. Secretário:

Se dali de cima a sua perspetiva é para o futuro da educação, que até agora foi betão, o que o senhor veio aqui dizer foi mais betão, porque os números continuam infelizmente a desmentir todo o sucesso, tudo aquilo que os senhores vêm aqui apregoar.

A única coisa que os senhores têm – aliás, até podiam mandar o certificado por correio para casa – é um programa que chama OP (os OPs) que é verdadeiramente vergonhoso. Enganam as crianças, enganam os pais, enganam a comunidade, enganam toda a gente. Acabem com isso, sejam realistas, sejam corretos e avaliem corretamente as coisas.

Agora há alunos do 7.º ano que vão passar diretamente para o 9.º por passagem administrativa. São os alunos dos OPs. É verdade!

Vão a uma mera reunião do conselho de turma que os passam e ficam com equivalência ao 9.º ano. Acha isso correto? Acha que isso é certo? Acha que isso é que é sucesso educativo?

Quanto à taxa de abandono escolar precoce, Sr. Secretário, ela era, em 2007, 34% nos Açores. Piorou de 2007 para 2013. É essa a realidade. A realidade é absolutamente esta.

Portanto, vamos saber o que é que o senhor quer fazer na Praia.

Aquele ataque soez que o senhor faz ao CDS, ao dizer que o CDS é um partido irresponsável, é devolvido exatamente na mesma medida.

O senhor desmentiu pais, desmentiu professores e desmentiu alunos no comunicado do seu chefe de gabinete, que o assinou.

A responsabilidade da política educativa ainda não é das câmaras. É um ato de cobardia atirar para cima das câmaras aquilo que é a sua responsabilidade.

A definição da política educativa nos Açores é responsabilidade do Governo Regional dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional diz que assume o passado mas não quer assumir que o passado também tem consequências. Vou voltar à questão da Biblioteca de Angra.

O senhor não disse uma palavra acerca dos cinco adicionais ao custo da obra que revelam mau planeamento, má gestão, má governação.

Não disse uma palavra quanto aos 1,7 milhões de euros a mais que a obra já custou em relação ao orçamento inicial.

Por muito que a Deputada Renata Correia Botelho venha filosofar acerca de cultura, aquela é uma obra de regime, até porque a sua construção já dura há quase tantos anos como duram os Governos do PS. Portanto, é uma obra de regime e prova como verdadeiramente funciona o regime socialista na Região.

É, portanto, um ícone da má governação.

Eu não me referi, como disse o Sr. Secretário, a desvios de dinheiro. Referi-me a derrapagens nos custos, que são cinco e serão mais pela degradação que já é evidente nas estruturas da obra pelo facto da mesma não estar concluída, estar preparada e estar exposta aos elementos.

Foi o seu Diretor Regional que, aquando da visita dos Deputados do PSD à obra, assumiu como reais as questões levantadas pelo Tribunal Constitucional.

Não foi o PSD! Foi o seu Diretor Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Isso é trauma!

O Orador: Portanto, entenda-se com o seu Diretor Regional.

O que nos tem que responder, Sr. Secretário, para além dos 13 milhões de euros iniciais acrescidos dos 1,7 milhões de euros em cinco adicionais, é quanto mais é que a Biblioteca vai custar e quando é que fica pronta. É isso que as pessoas precisam saber: quanto mais vai custar e quando é que fica pronta.

É essa a sua responsabilidade e é esse o seu trabalho, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues** (*CDS-PP*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento prévio ao Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

A Praia da Vitória e a Francisco Ornelas da Câmara, não são uma paixão. Eu não sou Deputado da Terceira, sou Deputado do Círculo de Compensação.

De acordo com o artigo 10.º, “Deveres dos Deputados”, como representantes de toda a Região, fazem diligências para conhecer todas as ilhas e preocupar-se com todas elas. Logo, a Terceira é uma das ilhas que me preocupa, como me preocupa qualquer outra ilha.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso fica-lhe mal! Revela a sua vingança!

O Orador: Relativamente à Francisco Ornelas da Câmara, o senhor faz um comunicado precipitado a dizer que me desmente, mas ainda não explicou claramente o que é que quer dizer (isto é uma questão de língua portuguesa...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Leia, leia!

O Orador: ... nestes 800 anos que se comemora agora, como sabe): “acresce que a Escola Secundária Vitorino Nemésio possui todos os recursos físicos e humanos para a integração na Escola de todo o 3.º ciclo do ensino básico da área pedagógica da Praia da Vitória e a EBI da Praia da Vitória será rentabilizada (língua portuguesa!) com a inclusão de alunos do pré-escolar e do

1.º ciclo do ensino básico de alguns estabelecimentos de educação e ensino pertencentes àquela unidade orgânica”.

A língua portuguesa faz este ano 800 anos. Quer o senhor queira, quer não, isto é claríssimo como água.

O senhor diz que isto é mentira, desmente. Ora, se o senhor desmente isto, quer dizer que o senhor está a mentir.

Quando o senhor me desmente, está a chamar-me mentiroso. Eu pedi-lhe um pedido de desculpas por me ter chamado mentiroso. Não houve pedido de desculpas nenhum.

O que é que o senhor quer dizer com isto, que é um especialista em linguística? Acontece que as condições dessa instituição são ótimas, são excelentes e devem ser potencializadas. Eu não ponho em causa que não deve haver melhorias no ensino e nos agrupamentos.

Agora não vejo como é que melhoramos o ensino (e isto o senhor nunca explicou) com esta reorganização cuja desculpa que o senhor dá é, não é a mesma tipologia da EBI. Dá essa explicação para a Praia da Vitória e dá essa explicação para Angra do Heroísmo.

Acontece que há factos que são inegáveis, para responder um pouco ao Deputado Paulo Borges. E um facto inegável era que se estivéssemos a discutir que património preservávamos na Região Autónoma dos Açores, se escolhêssemos para a comissão padres, eles diriam certamente que o património a preservar seria o património religioso.

O que eu estou a dizer é que quando o Sr. Secretário da Educação escolhe, para uma comissão que vai dar um parecer, biólogos, é evidente que tendencialmente vão dar um parecer para a sua área científica.

Havendo na Região várias pessoas formadas em várias áreas, dentro do Plano Operacional para os Açores, fazia algum sentido, havia alguma transparência até da sua parte, ter incluído pessoas de áreas variadas nessa contribuição para a política dos Açores, coisa que o senhor não fez.

De facto, os bolseiros, que não são só regionais, são da FCT, são da Europa, contribuem para a evolução dos números de *papers* publicados nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja correto na sua afirmação!

O Orador: Ainda bem que há, mas não é só o Governo Regional que está aqui. O que acontece é que quando o senhor abre um concurso para a atribuição de bolsas para ir apresentar comunicações à Europa, o senhor abre isto dentro do período de Páscoa, com meia dúzia de dias e exige que tenha, da parte dos organizadores destes congressos internacionais, um recibo a dizer que foi aceite. Isto é impraticável. O senhor não viu isto em lado nenhum.

Faço uma pergunta concreta: quantas pessoas concorreram a estes programas? Quantas bolsas foram concedidas ou vão ser concedidas (acho que ainda não foram!)? Quando é que saem os resultados?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura:

Eu não pensava vir outra vez a debate para lhe fazer exatamente as mesmas perguntas que fiz anteriormente. É que o Sr. Secretário respondeu exclusivamente a uma de todas as perguntas que eu lhe coloquei.

Falo nomeadamente no caso do insucesso escolar.

O senhor, em relação à redução de apoios, falou dos apoios do regime educativo especial, mas não se referiu à redução dos apoios do regime educativo comum.

Esta pode não ser a única medida de combate ao insucesso escolar, mas é uma.

Os senhores gostam muito de se referir à República, mas vejam o que faz o Governo da República neste caso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: No 1.º ciclo houve, durante este ano letivo, um reforço das medidas de apoio ao estudo, acompanhamento mais eficaz do aluno face às primeiras dificuldades detetadas.

Nos 1.º e 2.º ciclos, acompanhamento extraordinário dos alunos estabelecido no calendário escolar. E assim por diante.

Nos Açores nós não verificamos isto. Na Região, onde não há problemas financeiros, onde não há crise, onde tudo corre bem, onde tudo é bom, isto não acontece.

Portanto, gostávamos que definisse melhor quais são as medidas que pretende para o combate ao insucesso escolar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ouviu, Sr. Secretário!

A Oradora: Relativamente aos OPs (ao Programa Oportunidade), o senhor nem se pronunciou sobre eles. De tal forma são uma vergonha que ninguém quer falar deles.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Como combater a taxa de abandono escolar? Eu vou continuar a utilizar esta designação, porque é essa que está plasmada no Plano do Governo para 2014.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Porque é essa que lhe interessa!

A Oradora: Portanto, vou continuar a falar dela e é assim que o Sr. Secretário se refere quando diz que efetivamente é uma taxa que o preocupa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Então se o preocupa (e eu perguntei-lhe isso), como é que o senhor vai aplicar os 100 mil euros para combater esse flagelo?

Relativamente à Escola Vitorino Nemésio, o senhor diz que compete à câmara decidir se fecha ou não escolas do 1.º ciclo. Eu estava mesmo convencida que isso era da Secretaria da Educação. Agora estou um bocadinho confusa, confesso-lhe, mas vou tentar perceber melhor.

Mas há uma coisa que eu não percebi e que o senhor vai ter que explicar.

O senhor mantém (essa pergunta eu fiz-lhe muito claramente) ou não a intenção de fazer a transição do 3.º ciclo da EBI da Praia para a Vitorino Nemésio? Sim ou não?

Se pretende fazer isso, quando é que vai fazer as obras de melhoramento que a Vitorino Nemésio tanto necessita, nomeadamente no que se refere às infiltrações, aos espaços letivos que não são adequados e às condições para pessoas com mobilidade reduzida?

O senhor ainda não informou as escolas desta medida.

Quando é que pensa fazê-las? Elas precisam começar a trabalhar nesse sentido.

Eu não tenho nada contra a Escola Vitorino Nemésio, é preciso que isto fique muito claro. Agora tenho contra a que os alunos saiam de uma escola onde têm todas as condições para outra escola onde não têm e que o Governo não faça nada para os compensar por isso.

Depois, há uma coisa que é muito interessante também de verificar. É que o senhor no Programa do Governo falava da corresponsabilização dos pais e encarregados de educação no diagnóstico e resolução de problemas que condicionam o sucesso escolar dos seus educandos.

Isto é bonito! Corresponsabilizar os pais! Também concordo com isso.

Agora, quando os pais se manifestam contra uma determinada medida e quando apontam defeitos nessa medida o senhor não os quer ouvir.

Portanto, dois pesos e duas medidas! Não é verdade?!

É apenas quando interessa!

Os pais manifestaram-se claramente, quer na Praia, quer em Angra, contra a transição dos alunos do 3.º ciclo de uma escola para a outra. O senhor não os quis ouvir.

Agora a resposta que o seu chefe de gabinete deu não tem nada de obscuro ali, é muito clara.

Se o senhor não a conhecia, eu lamento. Então, como diz o povo, “alguém está a tentar fazer-lhe a folha”, mas o senhor é que tem que ver isso.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nesta segunda intervenção quero aqui referenciar alguns dos contributos do PPM para esta matéria e a seguir deixar aqui uma pergunta muito específica.

Referenciar, nomeadamente, a nossa preocupação na contextualização dos resultados que são obtidos pela Região a nível nacional e a nível internacional, por isso apresentámos aqui a proposta no âmbito da participação da Região nos estudos PISA.

Apresentámos também uma proposta na legislatura anterior, que foi adotada nesta legislatura, que foi a limitação dos mandatos dos conselhos executivos para incrementar a renovação nos órgãos de escola.

Propusemos aqui a criação da disciplina de história, geografia e cultura dos Açores para que os alunos dos Açores possam aprender a história e a cultura da sua própria Região e reforçar os seus fatores de identidade.

Evidentemente também, na área da cultura, o Museu do Corvo é também uma aspiração de muitos anos do Partido Popular Monárquico e trabalhámos para que se fizesse justiça em relação a esta ilha e vai ser feita.

Em relação a uma medida que considero crucial, em relação à seleção de professores, uma medida que eu tinha e continuo a ter grandes dúvidas, quero colocar uma questão.

O que vejo é que por todo o norte da Europa a seleção dos professores é feita ao nível de escola.

O Partido Socialista (não o Governo, o Partido Socialista!) apresentou essa proposta no Programa Eleitoral. O vosso Programa Eleitoral tem essa matéria.

A questão que vos coloco é a seguinte: pretendem concretizar essa medida até ao final da legislatura ou abandonaram-na?

Essa proposta tem méritos evidentes que se podem observar no norte da Europa, mas também deméritos, o perigo das comunidades escolares não escolherem os melhores e escolherem um professor ou porque é mais amigo, ou porque é da mesma cor política. Há um perigo enorme em relação a essa questão, um perigo de contexto.

De facto, tem tido resultados apreciáveis, porque permite às escolas escolher os melhores professores. Deveríamos pensar em criar mecanismos que retirassem

os perigos, a subjetividade das escolhas, e que pudessem melhorar a seleção de professores.

Como está no Programa Eleitoral do Partido Socialista faço-lhe esta pergunta: pretende concretizar essa medida até ao final da legislatura?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Respondendo muito sucintamente às perguntas que foram feitas, eu peço desculpa ao Sr. Deputado Aníbal Pires, que não está agora na sala, mas uma vez que a mesma pergunta, relativamente a “O Castelinho”, foi feita pelo Sr. Deputado do PSD do Faial, “O Castelinho” é um colégio privado que é apoiado pela Segurança Social. Tem a valência de pré-escolar e de creche.

Não está decidido nada no que diz respeito a essas afirmações que foram feitas relativamente ao encerramento ou deixar de ser apoiado.

Amanhã, eu e a minha colega da Solidariedade Social vamos ter uma reunião com os pais nas instalações da escola.

Aquilo que sempre tem sido dito é que “O Castelinho” vai para obras muito em breve. As crianças têm que ser deslocadas por causa das obras.

A Secretaria da Educação pôs à disposição a *Trinity House*, donde vai sair a Escola Básica e Integrada para ocupar as novas instalações, que ficará à disposição de “O Castelinho” para funcionar enquanto as obras decorrerem.

Também pusemos à disposição de “O Castelinho”, uma vez que há apenas um muro que separa “O Castelinho” da escola, uma porta (de resto essa porta já existe; está selada, mas vai ser aberta) que disponibilizará às crianças de “O Castelinho” os espaços de recreio e desportivos da EBI, quando estiverem em condições.

Não foi dito que “O Castelinho” ia ser encerrado ou deixaria de ser apoiado.

Para já, eu não respondo pela outra secretaria.

O que acontece é que temos uma Escola Básica e Integrada com todas as condições, ao lado, e que obviamente fica à disposição dos pais, que entenderem, inscrever os seus alunos lá. É uma escola pública com todas as condições.

Portanto, pela parte da educação não há mais nada a dizer sobre essa matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quer dizer, sobre isso não disse nada!

Deputado Bruno Belo (PSD): É o costume!

O Orador: A Sra. Deputada Judite Parreira e o Sr. Deputado Artur Lima estavam preocupados relativamente ao dia que se vai dar informação às escolas acerca da reorganização do 3.º ciclo.

Naturalmente não sabem, mas está convocado para o próximo dia 12 o Conselho Regional da Educação onde essa matéria será discutida.

Nós não funcionamos de acordo com as preocupações, digamos, de ribalta dos partidos. Funcionamos de acordo com o calendário.

O calendário é esse.

O tema será discutido em Conselho Regional da Educação (é para isso que ele existe) e as decisões serão comunicadas formalmente no local próprio.

De qualquer maneira eu devo dizer que reuni com os pais e encarregados de educação, a pedido deles, da Escola Básica e Integrada de Angra do Heroísmo e naturalmente estarei à disposição para reunir com quem o entender.

Agora também devo dizer (salientar mais um aspeto) que temos, tanto em Angra como na Praia da Vitória duas escolas muito próximas uma da outra, que têm a mesma oferta educativa e que estão a discutir entre si pelos mesmos alunos.

Se acha que isso é uma maneira de gerir o sistema, não é a minha maneira de ver, como também entendo que não devemos gerir a rede escolar de acordo com a qualidade dos edifícios.

Portanto, há critérios pedagógicos, que eu já indiquei aqui (não fui eu que os inventei) e com os quais eu concordo. É de acordo com isso.

Não vamos pôr alunos numa determinada escola só porque ela tem determinadas infraestruturas. Vamos pôr os alunos nas escolas adequadas ao seu percurso escolar.

O Sr. Deputado Rendeiro continua (agora não posso falar em paixão, mas falaremos de outra maneira) com a Biblioteca de Angra.

Como lhe disse, o Tribunal de Contas, e não o Tribunal Constitucional como disse, a seu tempo apresentará o seu relatório e naturalmente aí veremos o que é que se passou.

Agora, se o Sr. Deputado está em condições de dizer que houve derrapagens e que houve isso tudo...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Cinco adicionais, Sr. Secretário!

O Orador: ... eu naturalmente não estou e se estivesse nunca o diria, porque o processo está a ser investigado pelo Tribunal de Contas. Portanto, o Governo respeita os tribunais.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Cinco adicionais!

O Orador: Finalmente, relativamente à transição do 3.º ciclo, como sempre foi dito, a transição será faseada. Portanto, não se põe de maneira nenhuma aquela hipótese de hecatombe de, de repente uma escola fica vazia e a outra fica a abarrotar.

Será faseado. Os professores acompanham os alunos e todo esse processo está a ser acompanhado diretamente pela Direção Regional da Educação e pelos Conselhos Executivos das quatro escolas.

Eu suponho que respondi às perguntas todas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a minha pergunta?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! Nem respondeu à minha!

O Orador: Sr. Deputado, Paulo Estêvão, peço desculpa.

Relativamente à seleção de professores pela escola, de facto é um problema muito complicado mas não acredito que essa fosse a melhor solução.

De resto, o Sr. Deputado apontou alguns problemas.

O sistema atual de professores centralizado com concursos continuará a funcionar. Entretanto estudaremos o assunto naturalmente.

Esse compromisso foi assumido, mas tem o seu tempo. Vamos discutir e todos os contributos que puder dar nesse sentido serão bem-vindos.

A Sra. Deputada Judite Parreira (também me esquecia) falou nas Oportunidades. Suponho que há pouco o Sr. Deputado Félix Rodrigues também falou no Programa Oportunidade.

Deputado Luís Garcia (PSD): Por que é que o senhor não toma uma notazinha? Peça ajuda para o secretariar!

O Orador: Sobre o Programa Oportunidade há muito pouco tempo foi publicado um Despacho Normativo que define muito bem como é que ele funciona.

Foi necessário introduzir algumas alterações, porque num determinado momento verificou-se que um aluno que entrasse no Oportunidade nunca mais saía de lá. Nós não queremos isso. Não queremos guetos.

Então, o aluno é deslocado temporariamente e depois regressa à sua turma de origem.

O Sr. Deputado Artur Lima falou em passagens administrativas. Pois nesse caso, se isso acontecer (e se tiver a gentileza de me dizer onde é que isso aconteceu) terão sido os conselhos executivos que não procederam corretamente.

Se o Sr. Deputado ler o Despacho Normativo está muito claro como é que isso funciona.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está aqui!

O Orador: O aluno sai da sua turma, tem um tratamento mais personalizado e regressa à sua turma. Depois tem, ou não tem, possibilidade de transitar de ano. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Considerando o nosso horário vamos interromper para o almoço. Regressamos às 15 para concluir este ponto da Agenda.

Vou pedir ao Sr. Secretário o favor de informar os tempos para o debate da parte da tarde.

Secretário: O Governo Regional, 4 minutos; o Partido Socialista, 17 minutos; o PSD, 3 minutos; o CDS, 9 minutos e 30 segundos; o PCP, 8 minutos e o PPM, 2 minutos e 25 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço para todos.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Estava inscrito, e dou de imediato a palavra, o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Devo dizer-lhe que fiquei razoavelmente satisfeito com as afirmações que aqui fez de que genericamente nada está decidido relativamente a essa situação do encerramento do jardim de infância do Lar das Criancinhas e que amanhã irá ter uma reunião na escola, com os pais.

Faço votos para que essa reunião seja uma reunião profícua e que haja entendimento acerca do futuro.

Agora, Sr. Secretário, não posso deixar de lhe dizer que se as indicações e aquilo que disse me permitem esta relativa satisfação, fico preocupado porque o Sr. Secretário disse que nada estava decidido.

Então o que lhe pergunto é: se nada está decidido, para que é que se deram ordens à Escola Básica António José de Ávila para equipar três salas para jardim-de-infância?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): E por que é que não há de ter jardim-de-infância?

O Orador: Se nada está decidido, Sr. Secretário, porque é que a Presidente do IDSA já veio à Horta para se reunir com a direção daquela instituição e ela, sim,

falou, sem outro termo, do encerramento da valência do jardim-de-infância no Lar das Criancinhas?

Ela falou do encerramento!

Em terceiro lugar, Sr. Secretário, o senhor falou que estava de pé uma solução provisória que era a dos alunos do Lar das Criancinhas, do jardim-de-infância, os alunos a partir dos três anos, irem para o edifício da *Trinity* enquanto as obras, que vão acontecer no Lar das Criancinhas, se realizassem.

Sr. Secretário, está previsto iniciar-se as obras em setembro de 2015. Por que é que se vai com os alunos, de armas e bagagens, a um ano de distância, para a nova escola?

Sr. Secretário, por que é que os alunos vão para aí, se a própria direção da instituição já disse que isso não é necessário, que garante todo o funcionamento da escola sem ser necessário os alunos saírem das atuais instalações do Lar das Criancinhas?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Querendo sinceramente ter a maior esperança naquilo que o senhor aqui disse,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas o que é que ele disse? Ele não disse nada!

O Orador: ... também Sr. Secretário, em abono da verdade, tenho as maiores dúvidas acerca da sinceridade daquilo que o senhor aqui deixou.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. O PSD terminou assim o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional:

Relativamente à questão que reiteradamente tem sido aqui colocada e que tem a ver com o Colégio de “O Castelinho”, a verdade é que o Sr. Secretário Regional disse nada.

Espero que amanhã, quando fizer a agendada reunião com a escola e com os pais, possa clarificar essa situação, porque das respostas de V. Exa. não ficou

nada claro, antes pelo contrário, V. Exa. não respondeu. Refugiou-se, aliás como é habitual, num discurso redondo... Não gosta de redondo? Pode ser quadrado!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Portanto, sobre isso não disse nada.

Mas este assunto V. Exa. amanhã terá certamente oportunidade de o clarificar junto dos pais que têm os seus filhos, os seus educandos, no Colégio de “O Castelinho”.

Sr. Secretário, o tema é vasto. De qualquer forma vou centrar-me no essencial sobre as questões da educação, mas também do desporto. Posso, não posso?

A interpelação é suficientemente ampla, portanto cabem todas as competências que V. Exa. tem e que lhe são conferidas pela orgânica do Governo.

Relativamente às questões da educação, é verdade que quando olhamos para as estatísticas, aliás como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista profusamente utiliza, quando comparadas com anos anteriores, melhoraram e melhoraram substantivamente. Portanto, mal seria que passados estes anos todos as estatísticas não tivessem melhorado. Isso é que seria muito, muito esquisito.

Mas a questão, como se sabe, não é uma questão de estatísticas. A questão tem a ver com outros indicadores, designadamente com os impactos que as medidas de política que foram adotadas pelos sucessivos Governos do Partido Socialista, e em particular no tempo do Prof. Álamo Meneses, foram ou não transformadores e se esses impactos foram positivos.

A conclusão a que chegamos (nem sequer utilizando os indicadores das Provas de Avaliação Externa) é que eles são negativos. Isto é, todas as transformações, todas as opções, todas as alterações que foram sendo tomadas ao longo do tempo melhoraram, sim. E o quê? Apenas as estatísticas da educação, porque relativamente à qualificação da população não melhoraram.

Veja V. Exa. o seguinte:

Quando olhamos para os dados, os indicadores, as estatísticas da educação, verificamos algumas coisas curiosas, como por exemplo que o volume de alunos que estão a ir para as vias alternativas que o sistema lhes oferece, começam a ser não exceções, mas a regra.

Há escolas em que os alunos, que estão nos cursos do PROFIJ e em outros currículos alternativos, são quase 50% da população dessas escolas.

Portanto, V. Exa. certamente não estará de acordo (e mal estaremos se assim for) que isto possa estar a acontecer.

Mas quando reparamos para os dados, por exemplo, dos alunos que estão no ensino profissional, que com certeza é muito importante, também verificamos que há um número muito substancial de alunos que deveria estar no ensino regular e que entretanto é encaminhado para o ensino profissional e, infelizmente, quem dá o exemplo é o próprio sistema educativo regional que empurra precocemente os alunos (e o termo é este, empurra os alunos) para vias profissionalizantes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não me parece, Sr. Secretário, que esse seja o caminho.

Portanto, pode o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vir enumerar as estatísticas relativamente às taxas de escolarização, às taxas de abandono, que isso não significa rigorosamente nada naquilo que importa, que são os impactos positivos que as medidas de política educativa deviam produzir na sociedade açoriana. Disso nem V. Exa., nem o Partido Socialista, se podem orgulhar, porque os impactos não são positivos. Continuamos a ter uma população desqualificada, quer em termos profissionais, quer em termos académicos.

Sr. Secretário, alguma coisa tem que ser feita.

Pelos vistos V. Exa. e o Deputado do PPM já se acertaram relativamente à estratégia para a educação (folgo muito sabê-lo), mas a verdade, Sr. Secretário, é que não há motivo de orgulho, nem para V. Exa., nem para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Relativamente às questões do desporto, Sr. Secretário, aquilo que este Governo está a fazer é a desperdiçar milhões e milhões de euros...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não diga isso! Nem o senhor pensa isso!

O Orador: ... que foram investidos no desporto nos Açores, quer em termos da formação, quer em termos da competição, quer em termos daquilo que o desporto também serve, que é para a projeção dos Açores, quer no território continental, quer em termos internacionais.

A verdade é esta, Sr. Secretário: em termos desportivos hoje temos um descontentamento que é transversal nos clubes, nos dirigentes desportivos. Aliás, veja-se o caso do Ribeirense do Pico. Já agora lembro-lhe que se alguma modalidade desportiva levou o nome dos Açores para...

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: O Sr. Deputado quer que eu lhe fale ao ouvido? Que eu lhe sussurre ao ouvido? Como é que prefere?

Deputado Manuel Pereira (PS): É melhor em voz alta!

O Orador: Qual é o seu problema?

Deputado Francisco César (PS): Está tudo bem, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Secretário, está a desperdiçar milhares de milhões de euros que governos anteriores investiram, e bem, no desporto dos Açores.

A verdade é que aquilo que está a acontecer é um profundo retrocesso e V. Exa., Senhor Vice-Presidente, sabe-o muito bem.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Porquê?

O Orador: É um retrocesso aquilo que está a acontecer em termos do desporto nos Açores.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Porquê?

O Orador: Porquê?! Com certeza pelas alterações aos regulamentos federativos. É com certeza!

Mas então responsabilizem também a República sobre essa questão, aliás, coisa que eu fiz na altura em que era dirigente desportivo.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Diga, Sra. Presidente.

Presidente: Tem que terminar.

O Orador: É já, Sra. Presidente.

(Risos da câmara)

Portanto, Sr. Secretário, aquilo que V. Exa. está a fazer ao cortar a eito nos apoios desportivos, é desbaratar todo o trabalho que foi feito ao nível da formação desportiva e da competição desportiva dos Açores.

É voltarmos muitos anos atrás.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é verdade!

O Orador: E não são 18! São mais! São 20 ou 30 anos atrás.

Portanto, Sr. Secretário Regional, julgo que deveria ter atenção relativamente às opções que o seu departamento, no seio do Governo Regional, tem estado a fazer, porque aquilo que tem estado a fazer está a fazê-lo mal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: O PCP também já terminou o seu tempo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado.

Presidente: Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário e Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu fiz uma pergunta há bocado que o senhor ainda não me respondeu. Quanto foi investido nas escolas Francisco Ornelas da Câmara e na EBI de Angra? Quanto foi investido, é a pergunta que lhe faço.

Sr. Secretário, relativamente à nossa paixão e ao seu ódio, se quiser pôr as coisas nesse patamar, o senhor disse ali de cima que as escolas tinham grandes condições, excelentes condições, para o ensino, para o sucesso escolar. Referiu nomeadamente os *smart boards*. Estou correto, Sr. Secretário? Falou nos *smart boards* como uma ferramenta pedagógica?

Deputado Aníbal Pires (PCP): *Magic boards!*

O Orador: Todas as escolas equipadas com *smart boards* e com computadores.
Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): Eu?

O Orador: Sim, ali de cima, na sua intervenção.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte): O senhor estava distraído!

O Orador: Não, não estava. Mas o senhor depois vai ler a sua intervenção e ver se não falou em *smart boards*.

Queria perguntar-lhe quantos *smart boards* existem na Escola Vitorino Nemésio?

Quantas salas de computadores existem na Escola Vitorino Nemésio?

Quantos laboratórios existem na Escola Vitorino Nemésio?

Quantos existem na FOC?

Há de disponibilizar a sua intervenção para ver se não fala de *smart boards*.

Os senhores arvoram-se que as salas de informática, as bibliotecas, os bons laboratórios, os *smart boards*, etc., contribuem para o bom ensino, para a interação do professor com o aluno.

Qual é a escola que está melhor equipada para essa função? É a Ornelas da Câmara ou é a Vitorino Nemésio?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta é a minha última intervenção. É de certeza, já só tenho dois minutos.

Quero aqui fazer três referências.

Primeira: em relação ao Lar das Criancinhas, “O Castelinho”, não é a primeira vez que a Secretaria Regional da Educação falha no processo de diálogo com os pais e com as instituições.

Estou sempre a favor das reformas. Essas reformas têm que ser bem explicadas, têm que ser consensualizadas com as famílias e com as instituições e isso tem que ser feito com racionalidade e diálogo.

Essa questão é fundamental e penso que o Sr. Secretário, ao longo deste debate, ainda não deu absoluta garantia de que isto é assim. Aliás, o que pode ter demonstrado é algum desconhecimento da forma como o processo está a evoluir, o que é grave.

Segunda questão: o Sr. Deputado Aníbal Pires referenciou que existe aqui alguma convergência entre as posições do Sr. Secretário e a do Partido Popular Monárquico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Alguma não! Uma forte convergência!

O Orador: O que referenciámos aqui foi uma cultura de exigência. O que aqui fizemos foi afirmar aqueles que são os nossos princípios de sempre, a avaliação que fazemos neste momento e o diagnóstico que temos da situação. Não aceitamos que na Região Autónoma dos Açores os nossos alunos tenham os piores resultados do país a nível dos exames e das provas nacionais. É assim que estamos no final de 18 anos de governação do Partido Socialista.

Diz o Sr. Secretário: mas eu estou aqui há dois anos, não me podem pedir milagres.

Da parte da oposição e da parte do Partido Popular Monárquico temos que ter uma cultura de exigência, uma cultura de exigência que também queremos nas escolas, mas é uma cultura de exigir resultados.

É esta cultura de exigência que trazemos ao Parlamento.

Não é aceitável – termino, Sra. Presidente, vi que já esgotei os meus dois minutos – que estes resultados se repitam ano após ano.

Essa é a questão fundamental e esperamos que estas reformas que estão a ser implementadas tenham sucesso, embora a apreciação do PPM é que elas não são suficientes,...

Deputado André Bradford (PS): E a sua proposta é?

Deputado Manuel Pereira (PS): Não sabe!

O Orador: ... nem sequer são as adequadas.

Deputado André Bradford (PS): Sabe que está mal, mas não sabe dizer como é que se faz!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao Lar das Criancinhas, “O Castelinho”, importa hoje, aqui também, numa lógica de esclarecimento, perceber aquilo que foi todo esse processo.

Ou seja, em sede de Plano e Orçamento foi apresentada na altura, pelo CDS-PP, uma proposta de resolução na entrega da *Trinity House*, mais concretamente do *Operating Room*, a esta associação, a Associação dos Amigos dos Cabos Submarinos, no sentido de lá desenvolverem e criarem o núcleo museológico.

Na altura foi afirmado pelo Sr. Secretário e pela bancada do Partido Socialista que esta situação iria acontecer num espaço temporal, depois da segunda fase da obra da Escola Básica e Integrada da Horta, onde incluía as infraestruturas desportivas, assim como também aprovado em Plano e Orçamento as obras, neste caso, do projeto da remodelação da Fredónia, atual sede do Lar das Criancinhas da Horta.

A verdade é que a proximidade desta infraestrutura com a própria Básica e Integrada, também de alguma forma pode, no futuro, criar sinergias e parcerias no sentido das infraestruturas serem rentabilizadas ao máximo.

A verdade também é que a nova Escola Básica e Integrada, após a grande remodelação que sofreu, ficou uma escola equipada ao nível das melhores escolas que existem em Portugal e também foi criada a valência de jardim-de-infância.

Se foi criada a valência de jardim-de-infância, sendo que o Partido Socialista defende claramente o investimento na escola pública,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As melhores escolas e os piores resultados!

O Orador: ... a verdade é que aquelas infraestruturas tinham que ser abertas à população...

Deputado Luís Garcia (PSD): Já percebemos, Sr. Deputado!

O Orador: ... e podem inscrever-se naquela valência todos os encarregados de educação que assim o entenderem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Será?

O Orador: A articulação que foi feita nas obras do Lar das Criancinhas, “O Castelinho”, foi feita com os membros do Governo, quer com o Sr. Secretário da Educação, quer com a Sra. Secretária Solidariedade Social, numa lógica de auscultação, numa lógica onde a direção esteve sempre presente.

Aliás, aproveito a oportunidade para congratular a direção que esteve sempre presente, a defender os seus associados e as crianças que estão lá.

Para nós, Partido Socialista, aliás como tem sido feito ao longo destes anos e sempre o temos dito aqui, apesar de a oposição tentar sempre encapotar as nossas afirmações, as crianças estão sempre em primeiro lugar. O Lar das Criancinhas não foge à regra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Já foi assim no Salão!

O Orador: A verdade é que se a escola tem condições para receber alunos do jardim-de-infância...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os resultados são os últimos!

O Orador: ... não vai fechar as salas porque os senhores acham que deve fechar as salas. Não! O Lar das Criancinhas continua com o seu jardim-de-infância, assim como a Escola Básica e Integrada tem a obrigação de disponibilizar os equipamentos para os quais foram concebidos.

Esse processo foi sempre público. As reuniões foram surgindo. Amanhã há mais uma reunião, onde também serão visitadas as escolas.

Não vejo que daqui nasça um problema. Vejo, pelo contrário, a abertura que o Governo tem tido a falar com as pessoas, a falar com os pais e a falar com a direção no sentido de defender sempre o que para nós é o mais importante, que são as crianças e os alunos.

Também se falou em desporto. Que o Partido Socialista estava, de alguma forma, a tentar deixar de apoiar os clubes.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é a tentar! É a desbaratar!

O Orador: A verdade é que há bem pouco tempo tive oportunidade de, nesta Casa, na discussão do diploma do Movimento Associativo Desportivo, apresentar todos os argumentos. Vou voltar a repeti-los para lembrar o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Fala-se na formação e que se está a dar cabo da formação.

Isto não é verdade! A formação dos nossos atletas, nos Açores, e os resultados estão à vista, está como nunca.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quais resultados?!

O Orador: Os resultados aparecem. A verdade é que competimos ao mais alto nível, não competimos numa lógica regional.

Solidificámos a nossa posição no contexto nacional. Hoje temos atletas a lutar para entrar nos Jogos Olímpicos.

Isto só foi feito com as políticas desportivas realizadas pelo Governo Socialista. É esta a verdade.

Quando se fala em cortes, a verdade é que estivemos aqui a discutir apoios complementares e majorações. Essas majorações são para quem utilizar mais atletas açorianos. É diferente dos apoios complementares.

Ninguém deixa de participar em competições nacionais ou internacionais por falta de apoio. Isso não é verdade.

O Governo paga as passagens e paga as diárias. É esta a verdade e isto tem que ficar aqui dito.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores continuam nesta lógica de que o desporto não evolui porque há cortes. Não é verdade!

São celebrados contratos-programa e os resultados desses contratos-programa são descritos em relatório dos respetivos contratos-programa e aí são pagos conforme o trabalho a fazer ou não na formação.

Vir aqui numa atitude demagógica, podemos dizer assim, dizer que a formação, que a competição, que o desporto açoriano não evolui, não é verdade. Não há esses cortes que o senhor fala.

Existe um documento que regula toda a atividade desportiva e apoio desportivo da Região.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um parque desportivo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (Luiz Fagundes Duarte):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Suponho que só tenho quatro minutos. Portanto, não vou poder responder às perguntas todas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Dá-lhe jeito!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Dá muito tempo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa estratégia já conhecemos!

O Orador: Se me derem tempo, com certeza.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nós damos-lhe tempo! Não era o primeiro!

O Orador: Começo por desmentir categoricamente as afirmações do Sr. Deputado Aníbal Pires no que diz respeito ao desporto.

O Sr. Deputado Lúcio Rodrigues já o fez.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nada! O Sr. Deputado Lúcio Rodrigues não disse nada, rigorosamente nada!

O Orador: Não há cortes no desporto. Os apoios e os contratos-programa estão a ser feitos de acordo com a legislação em vigor, concretamente o Decreto Legislativo Regional n.º 4/2014.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! 2014!

O Orador: Já que falou no Ribeirense, Sr. Deputado, o Ribeirense este ano vai receber 168 mil 854 euros. Desses, já recebeu 125 mil.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Era o Ribeirense que estavas a defender!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não era só o Ribeirense!

O Orador: Falta receber 43 mil, quando cumprir a restante parte contratual. Portanto, Sr. Deputado, fica-lhe muito bem fazer isso, mas não é verdade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vamos ver é se há Ribeirense para o ano!

O Orador: O desporto está a ter o apoio que está previsto. Não há qualquer tipo de corte.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E por que é que o Governo não paga como paga aos outros clubes desportivos?

O Orador: Sra. Presidente, eu preciso saber quem é que está no uso da palavra, se me é permitido.

Presidente: Faça favor, Sr. Secretário.

Sr. Deputado, normalmente é uma regra de boa educação ouvir a pergunta que se faz.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Secretário, eu estou a ouvir a sua resposta!

O Orador: Não está.

Sr. Deputado Costa Pereira, e os outros Srs. Deputados que levantaram a questão de “O Castelinho”, incluindo o Sr. Deputado Aníbal Pires. Que fique bem claro:

Existe um contrato simples entre a Secretaria da Educação e “O Castelinho”, na sua condição de IPSS. É o único contrato que temos com a instituição.

A EBI da Horta tem a valência de pré-escolar, que é pública. Portanto, todos os encarregados de educação que entenderem inscrever os seus filhos na EBI ela existe, está aberta e tem as condições necessárias para isso.

Isso não quer dizer, nem nunca foi dito, que haveria qualquer integração de “O Castelinho” por imposição da Educação. Eu não falo pela minha colega de Governo. Não sei o que é que se está a passar na perspetiva da Solidariedade Social.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Amanhã o senhor já vai ficar a saber!

O Orador: Estou a falar na perspetiva da Educação. Na perspetiva da Educação o que posso e devo dizer é que os pais que entenderem livremente inscrever os seus filhos na escola pública inscrevem e existe lugar para eles.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou a dizer-lhe: tenha cuidado com as costas!

O Orador: De resto, os pais que inscreverem os seus filhos na EBI deixarão de ter o apoio de 100 euros por mês que têm neste momento, mas também não pagarão propinas. Portanto, estarão na rede pública.

Já tive duas reuniões com a Direção de “O Castelinho”. Na última reunião foi combinado que estariam os representantes dos pais. Por decisão da instituição, não nossa (quando fui, pensava que ia reunir com os pais), só estava a Direção de “O Castelinho”.

De qualquer maneira foram postas várias hipóteses. Aquilo que eu sempre disse foi que a escola pública, a EBI da Horta, tem espaço para as crianças. Nunca falei que seria encerrada a valência de jardim-de-infância de “O Castelinho” e as pessoas seriam obrigadas a ir para a Escola Básica e Integrada.

Portanto, eu gostaria que ficasse claro que foi assim que aconteceu. Na reunião de amanhã vou explicar isso. Vou, pela primeira vez, ouvir os pais, uma vez que eles não estiveram, e será isso que será dito.

Há bocadinho também disse que a *Trinity House* está disponível. A partir do momento em que deixar de estar ocupada pela Escola Básica e Integrada fica disponível.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não foi cedida?!

O Orador: Não tem nada a ver com o calendário de obras de “O Castelinho”. Se entenderem ocupar as instalações elas estarão disponíveis.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Secretário, e o Museu dos Cabos Submarinos?

O Orador: De qualquer maneira sempre se pensou que quando a segunda fase da obra da EBI estivesse pronta ficaria disponível, mas não está dito em parte alguma que houvesse essa mudança, até porque não compete à escola pública ingerir-se nos assuntos da escola privada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Museu dos Cabos Submarinos?

O Orador: Já agora, o Sr. Deputado não tinha feito essa pergunta, mas também lhe posso dizer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já agora!

O Orador: Quando a Escola Básica e Integrada ocupar as novas instalações, aquele edifício fica disponível.

Existe uma verba no Plano para se fazer as obras de adaptação necessárias.

A *Operating Room* e a *Trinity House* têm espaço para o Museu dos Cabos Submarinos.

É uma intenção da Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta e dos Amigos dos Cabos Submarinos, que trabalham interligadamente, ocupar uma parte do edifício com a chamada Universidade Sénior.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi aprovado nesta Casa!

O Orador: Além disso, existe espaço, se for necessário, para instalar os meninos de “O Castelinho” durante as obras, porque as instalações que existem...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: ... até ao momento estão a servir para as nossas crianças da rede pública.

Relativamente ao investimento que foi feito na FOC e na EBI de Angra, Sr. Deputado, eu não tenho esses dados aqui. Terei todo o prazer, quando chegar à Secretaria de mandar essa informação. Como deve calcular não ando com essa informação comigo.

De qualquer maneira quero que fique bem claro que a gestão da rede escolar, a gestão do sistema educativo, não se faz de acordo com o dinheiro que se gastou a mais ou a menos num determinado edifício.

Tem a ver e é definida por razões de cariz pedagógico. São essas as razões.

Os equipamentos da FOC e da EBI de Angra, sobretudo os laboratórios, serão muito bem utilizados pelos professores do 2.º ciclo para dar as respetivas matérias.

Sr. Deputado, além disso...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: ... peço-lhe o favor de ouvir a gravação. Eu nunca falei em *smart boards*, mas já agora que me perguntou a Escola Vitorino Nemésio tem seis

salas de informática. Se quer, eu digo-lhe em que é que são ocupadas as 53 salas da Escola Vitorino Nemésio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E *smart boards*, não tem?

O Orador: Eu não falei nisso, Sr. Deputado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Aníbal Pires tinha pedido a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para intervir!

Presidente: O Sr. Deputado não tem mais tempo. Esgotou o seu tempo para este debate. Portanto, não lhe posso dar a palavra.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem agora a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria clarificar também, uma vez que o Sr. Secretário não tem mais tempo, dentro do que me é possível, algumas das questões que foram suscitadas no debate anterior.

O Sr. Deputado Félix Rodrigues falou no ofício/resposta ao abaixo-assinado dos pais da Escola Francisco Ornelas da Câmara e falou na questão de rentabilidade. Ateve-se a este termo.

Eu não sou de filologia, mas creio que rentabilidade não pode ser sinónimo de fecho de escolas.

Rentabilizar pode ser, como já foi dito várias vezes e o Sr. Secretário já disse isso aqui e noutra fórum, nomeadamente aquando da audição em sede de Comissão de Assuntos Sociais pela Petição dos encarregados de educação, a utilização dos laboratórios e a utilização dos espaços disponíveis por outros alunos das escolas que compõem a unidade orgânica.

Portanto, achar que usar rentabilização é o sinónimo de que se vai fechar escolas para ocupá-las, julgo que não é uma leitura direta.

Deputada Judite Parreira (PSD): Está escrito!

A Oradora: Pode muito bem ser com outras atividades que confirmam competências, as tais competências que tanto dizem e que reconhecemos que ainda faltam aos nossos alunos para terem outra postura e outra atitude; pode

muito bem ser através da utilização desses espaços que, bem apetrechados, ficam disponíveis na Francisco Ornelas da Câmara.

A Sra. Deputada Judite Parreira falou no reforço da República na questão do horário. Tenho que lhe dizer, Sra. Deputada, que na Região também há crédito horário para reforço de 90 minutos às disciplinas de português e de matemática, em todas as unidades orgânicas que assim o solicitem. Também pode ser feito. Também é feito.

Não é uma falta de reconhecimento, não tem sido negligenciado.

Aliás, falou-se bastante aqui da diversificação curricular, dos Programas Oportunidade e PROFIJ.

Também é bom que, apesar deles não integrarem as estatísticas correntes, tenhamos a noção da sua eficácia.

O Sr. Deputado Aníbal Pires, na sua intervenção, deu a entender que o volume de alunos para esses programas estava numa percentagem e aumentava de uma forma louca.

Tenho que lhe dizer, Sr. Deputado, que neste momento, no sistema educativo regional, nos currículos alternativos em que se entende o PROFIJ e o Oportunidade, estão matriculados 3.341, num universo de 41.000 alunos. Não chega a 10%.

Destes mesmo, a taxa de transição é de 47,7, ou seja, na ordem dos 50%. Essa diversificação curricular funciona e é benéfica para os alunos.

Mais ainda. No ensino profissional (é verdade que tem sido um ensino apetecível), neste momento, são 2.812 alunos os matriculados, com uma taxa de transição de 83,1%.

Julgo que isto são números, apesar do Sr. Deputado Aníbal Pires ter falado de outros indicadores, são indicadores que dão bem nota do esforço que tem sido feito, do reconhecer.

Há uma coisa que vos incomoda, de facto. Foi o reconhecimento e o assumir deste Governo de que era preciso melhorar os resultados, era preciso trabalhar para o sucesso.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, e até pelo tom que o senhor utilizou durante todo o debate, há de concordar comigo: o sucesso não se consegue de um ano para o outro.

Não se passa dos piores resultados para o topo da lista de um ano para o outro.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nem em 18!

A Oradora: Estas coisas não se podem aferir assim. É preciso dar tempo. É preciso ver como a articulação e a avaliação de todos esses programas vão funcionando.

Agarrarem-se aos resultados, quando foi por iniciativa do Governo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem anda agarrado aos resultados é o PS!

A Oradora: ... que assumiu que era preciso trabalhar para o sucesso educativo porque, depois de um parque escolar, depois do pessoal docente estabilizado, depois da estruturação e infraestruturação das nossas escolas, eram preciso medidas que não são tão palpáveis e que não são aferidas de uma forma tão fácil como são outros indicadores. Julgo que está tudo no caminho que é preciso aferir.

O senhor falou no PISA que foi aprovado nesta Casa, mas teremos primeiro que aguardar para ver essas medidas ao longo do tempo, até que surja o PISA do ano que vem, que também não vai fazer milagres em relação ao anterior, vai nos dar um diagnóstico mais específico, mas será mais um indicador. Não será a salvação de todos os males.

Julgo que na diversificação curricular que tem sido feita há uma grande aposta e é preciso ter em atenção que estas medidas também têm sido trabalhadas, aferidas, para se atingir o que todos queremos, maior qualificação, maiores competências, maior sucesso escolar.

Disse.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues, pergunto-lhe se se inscreve ainda para intervir no debate ou se será para encerrar a interpelação. Para intervir no debate. Então tem a palavra, Sr. Deputado.

Já faz o encerramento?

Tem então a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fica claro que há muitas dúvidas relativamente aos rumos que a educação quer tomar nos Açores.

De facto há tantas indecisões que num dia se diz uma coisa, no outro dia se diz outra.

A questão do desmentir, que é constante por parte do Sr. Secretário Regional, é uma palavra que aparece com muita frequência. Portanto, o desmentir quer dizer que há coisas que foram ditas de forma incorreta e quando o senhor desmente, em princípio, nega aquilo que se está dizendo para no outro dia confirmar exatamente aquilo que o senhor desmente.

Aqui falta lógica no discurso relativamente à informação que se passa à população.

Quanto ao insucesso escolar é evidente que estamos preocupados. Os senhores também estão. Ninguém pode dizer exatamente o contrário.

A rentabilização das infraestruturas tem a ver com rentabilização económica, rentabilização pedagógica.

Isto também tem a ver com o facto do Governo Regional dizer que implementa um programa, que é o Programa Fénix, Mais Sucesso Escolar, que é um desafio para melhorar o sucesso escolar na Região.

Mas este programa tem como objetivo contribuir para uma “menor heterogeneidade dos grupos e respetivos níveis e ritmos de aprendizagem, decorrente do critério “estado situacional dos alunos’ para a distribuição e formação dos grupos a movimentar”.

Quer isto dizer que não me parece ser compatível uma política de concentração com uma política de esvaziamento de alguns estabelecimentos de ensino, o que

quer dizer que a rentabilização se faz com equidade no estudo que deve ser feito relativamente ao parque escolar e que não deve ser colocada a sua tónica exclusivamente no betão.

Se a cultura não é só betão, a educação também não!

Isto quer dizer que a melhoria dos resultados escolares deve ser conseguida, como diz o Programa Fénix, para Mais Sucesso Escolar, através de manter-se a fasquia da exigência. Para isso é preciso saber associar e estudar.

Se a gente aplica este programa nos Açores, acontece que deveria ter sido feita a recolha da informação relativa a um período anterior ao lançamento dessa própria experiência, e eu estava à espera que o Sr. Secretário nos desse alguns dados relativamente a isto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai esperar sentado!

O Orador: Pelos visto não há dados prévios que a gente possa estudar para saber quais são os efeitos da aplicação do que aqui está.

É com espanto que vejo titubear o Partido Socialista entre a defesa do ensino privado e do ensino público. No fundo, diz a Secretaria Regional que tutela o ensino particular, cooperativo e solidário.

Diz o Deputado Lúcio, do Partido Socialista, que o Partido Socialista defende o ensino público. Logo, pelos visto, não defende o ensino privado, nem cooperativo.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Isso quer dizer que esse titubear do Partido Socialista é exatamente igual ao titubear do Sr. Secretário Regional, que nunca toma uma decisão clara. Ou seja, num dia parece querer dizer uma coisa, no outro dia diz que é exatamente o contrário, ou faz-nos entender que é o contrário.

Um conselho, Sr. Secretário: prepare melhor as suas intervenções e diga-nos com clareza para que lado é que quer ir, porque deixa muitas dúvidas as intervenções que faz relativamente às políticas que o senhor quer seguir quanto ao insucesso escolar, quanto à reorganização do parque escolar, quanto à cultura e quanto ao desporto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está assim concluído este primeiro ponto da Agenda. Vamos avançar para o ponto dois da ordem do dia: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/X – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/98/A, de 4 de agosto, que “define e caracteriza o património baleeiro regional e estabelece medidas e apoios destinados à respetiva inventariação, recuperação, preservação e utilização”**.

Os tempos foram definidos pela Conferência e são os seguintes: o Partido Socialista e o Governo dispõem de 25 minutos; o PSD de 20 minutos; o CDS-PP de 13 minutos e as Representações Parlamentares de 10 minutos.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo apresenta aqui a sua Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/X, que é a primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/98/A, de 4 de agosto, que “define e caracteriza o património baleeiro regional e estabelece medidas e apoios destinados à respetiva inventariação, recuperação, preservação e utilização”.

Trata-se, espera o Governo, de um documento pacífico e que esteve até ao dia 21 de fevereiro de 2014, tal como o Decreto Regulamentar correspondente, em discussão pública, portanto, à disposição de todos os interessados e alguns deles, felizmente, deram os seus contributos.

Como ideia principal desta alteração sublinharia que neste momento encontra-se assegurada a salvaguarda do património baleeiro, mas a partir daqui interessa rentabilizar a sua utilização no campo desportivo e turístico, lúdico em geral, melhorar as condições da sua proteção e conservação e incentivar a formação na arte de velejar e remar em botes baleeiros.

É importante termos em conta que o património não são só as casas de botes ou as embarcações, mas também as técnicas de navegação que poderão ou deverão ser utilizadas quando se tratar da utilização lúdica deste tipo de embarcações.

As alterações que são introduzidas na proposta que aqui trazemos são essencialmente três, que passo a referir:

Em primeiro lugar, procedemos a uma clarificação e enquadramento da vertente desportiva, assumindo as regatas em botes baleeiros como uma manifestação de carácter cultural;

A segunda alteração importante é a rentabilização do ponto de vista turístico daquilo que pode ser considerado um ícone identitário, que permita a experiência e o usufruto de navegar numa embarcação baleeira, possibilitando a criação de mecanismos de financiamento para além dos apoios governamentais;

A terceira alteração consiste em criar-se áreas de formação para a arte de velejar e remar em bote baleeiro com o intuito de promover a prática de uma atividade desportiva em embarcações representativas da identidade, acentuando e perpetuando a presença da atividade marítima destas embarcações.

As alterações agora propostas foram feitas em articulação com representantes da Comissão Consultiva do Património Baleeiro.

Também gostaria de referir alguns aspetos mais de ordem técnica, que convinha salientar nesta breve apresentação.

Este diploma passa a incorporar o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2001/A, de 17 de agosto, com as requalificações entretanto introduzidas pela Lei 124/2004, de 25 de maio.

- As embarcações consideradas como património baleeiro regional (e passo a citar) “que se encontrem a navegar, mantêm, perante a autoridade marítima, o nome e o conjunto de identificação atribuído a essas embarcações quando se praticava a baleação, independentemente do porto de registo”. Estou a referir-me ao n.º 2 do artigo 2.º.

- A equiparação das embarcações baleeiras e respetiva palamenta, em termos de regras e equipamentos de segurança exigíveis, às embarcações de recreio.

Temos:

Botes baleeiros — ER tipo 5;

Lanchas da baleia — ER tipo 4.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso o que é que quer dizer?

O Orador: Isto consiste no ponto 3 do artigo 2.º.

Por sugestão dada na reunião da Comissão Consultiva do Património Baleeiro, foi entendido enfatizar-se as regras para apoiar a construção de novas embarcações baleeiras. Ou seja, o património não são só aquelas embarcações já existentes que participavam na faina baleeira. Nada impede que se construam novas embarcações, desde que obedeçam aos critérios que estão definidos na tradição e que constituíram o nosso rico património relativo à baleação e sobretudo às embarcações que praticaram a baleação.

É tudo, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o seu apoio a esta iniciativa, bem assim como às propostas de alteração que entretanto já foram apresentadas.

Para além de declarar, desde já, o sentido de voto do PCP, gostaria de dizer que aquando da aprovação, em 98, deste Decreto Legislativo Regional, que hoje sofre a primeira alteração, foi dado um passo muito importante para a preservação não só do bote, mas também de toda a envolvência que está ligada à questão dos botes baleeiros e à memória da baleação nos Açores.

De facto, a aprovação por esta Assembleia, em 98, deste diploma é exemplar naquilo que diz respeito à preservação patrimonial dos botes baleeiros, mas não só, à sua utilização adequada aos tempos que decorreram depois do fim da baleação nos Açores.

Não tivesse havido esta iniciativa na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, certamente hoje não existiriam 42 botes baleeiros recuperados e, salvo erro, 11 lanchas recuperadas, para além do facto de que se

conseguiu, não com este diploma, mas com um outro que também está em vigor, que se preservasse um outro aspeto identitário destes barcos (dos botes e das lanchas), que foi a designação de matrícula. Relativamente aos botes ficaram com B (julgo que é assim, Sr. Comandante)...

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

... e as lanchas com uma outra designação também. Ficou com a designação original.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Conseguiu-se preservar também a própria matrícula dos botes baleeiros e das lanchas da baleia.

Este é um bom exemplo de como se deve atuar em termos da preservação do nosso património, mas também daquilo que tem a ver com a nossa identidade e memória coletiva.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Felizmente para os Açorianos a memória da baleação não é vista como um ato bárbaro e violento, mas sim como uma recordação de uma época em que a força do homem era colocada à prova de um modo artesanal e rudimentar e sobressaía a valentia e habilidade perante o gigante dos mares açorianos.

Essas memórias devem ser recuperadas, acarinhadas, preservadas e devem ser objeto de estudo e divulgadas para que se transformem em conhecimento do nosso passado, construção do nosso presente e desenvolvimento do nosso futuro.

Os Açores têm uma forte ligação à baleação, em especial a Ilha do Pico, que é a ilha com maior enraizamento desta atividade e a última que abandonou a “caça à baleia” já na década de 80.

A Ilha do Pico é a que tem mais património baleeiro recuperado, o que se explica pelo seu importante papel na baleação açoriana, detendo quase 50 por cento da capacidade de laboração dos cachalotes capturados no Grupo Central dos Açores.

A importância deste setor na vida da ilha também se traduz no facto de acolher o Museu da Indústria Baleeira, em S. Roque, e o Museu dos Baleeiros, nas Lajes

Após o abandono da “caça” o interesse pelas baleias ressurgiu com uma nova atividade – a observação de cetáceos – que envolve anualmente milhares de turistas ávidos pelo avistamento de uma baleia; momento sempre muito esperado e que se traduz numa memória inesquecível.

O enraizamento desta tradição não se confina ao *whale watching*, mas multiplica-se nos museus e centros etnográficos que perpetuam essa vivência.

Para além desse património museológico, constituem também património baleeiro os botes e as lanchas baleeiras.

Para o CDS-PP todo este rico espólio deve ser dinamizado e aproveitado, como é o facto das lanchas e botes poderem ser utilizadas não apenas para a realização esporádica de regatas, mas também como uma forma de recriar a arte de velejar e a arte da caça à baleia, até com impactos positivos nas políticas de turismo.

Dito isto, regista-se que as alterações ao diploma, apresentadas pelo Governo, embora envolvidas de uma aparente maior abrangência de apoios, levantam-nos algumas dúvidas:

- A construção de novos botes é alvo de apoio através de um diploma que define e caracteriza o património baleeiro, mas os botes depois de construídos não são classificados como património (n.º 4 do artigo 7.º). Para além desta contradição o Sr. Secretário vai ter que explicar por que razão a tipologia deste apoio não está definida no artigo 5.º que define os objetivos dos apoios;

- outra dúvida ainda que se levanta é: as regatas serão alvo de concessão de apoios, mas, nestas regatas, poderão participar todos os botes baleeiros ou apenas aqueles que estão classificados como património?

- outra alteração introduzida neste diploma é o n.º 3 do artigo 10.º que se refere aos cessionários das embarcações baleeiras que sejam propriedade da Região, implica que o incumprimento de apenas uma das três alíneas determinará a devolução imediata das embarcações à Região.

Ora, isto poderá introduzir alguma injustiça pela incapacidade de existirem ilhas que não consigam participar em regatas e isso será motivo para a devolução imediata das embarcações à Região, embora o cessionário tenha mantido a embarcação em bom estado de conservação e utilize as embarcações em atividades de educação ambiental e de divulgação da arte e memória da baleação.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores são, antes de mais e acima de tudo, mar.

O mar é a herança do nosso passado e o potencial do nosso futuro.

O património marítimo dos Açores é muito importante em todos os aspetos mas ainda porventura pouco considerado em alguns.

Um dos aspetos mais identitários da nossa relação histórica e natural com o mar é exatamente o património baleeiro regional.

A atividade económica da caça à baleia nos Açores remonta ao século XVIII, por influência da baleação americana; começa a ganhar expressão local no segundo quartel do século XIX, com os primeiros botes baleeiros da baía faialense do Porto Pim; e assume importância significativa a partir de meados do século XX, com a fundação de fábricas de processamento de cachalote em diferentes ilhas, até ao encerramento da última unidade industrial em S. Roque do Pico, em 1984 – completam-se agora 30 anos.

O património sobrevivente passou então de utilização a memória e de economia a cultura.

Há bons e maus exemplos de recuperação e revitalização do património baleeiro regional.

O atual Museu Regional da Ilha do Pico, com o núcleo sede das Lajes e o polo industrial de S. Roque, é um bom exemplo de fruição patrimonial, confirmado pelo número recorde de visitas anuais.

Pelo contrário, a antiga fábrica da “União das Armações Baleeiras de São Miguel”, na confluência litoral das freguesias de Capelas e São Vicente Ferreira, é um mau exemplo de consideração pelo nosso património identitário. Foi a primeira fábrica da baleia construída nos Açores, em 1937, mas a empresa encerrou na década de 70 e a Região não foi capaz de evitar a demolição das suas instalações em 2007.

Da sua memória local resta agora o antigo terreno, a chaminé industrial e o guincho mecânico da rampa de varagem, para além de importante espólio material e documental que se encontra disperso por coleções particulares e entidades públicas.

Na sequência da denúncia feita em março por requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, de que estará iminente a sua alienação em hasta pública, o Governo anunciou a intenção de promover agora a classificação deste espaço de referência evocativa – o que, não sendo muito, é melhor que nada.

Este exemplo lamentável de destruição patrimonial ajuda a compreender a pertinência de legislação adequada à inventariação, recuperação, preservação e utilização do património baleeiro regional.

Em 1998, o Parlamento dos Açores instituiu, sob proposta do Governo Regional, um quadro legislativo que visava estabelecer “medidas de apoio à manutenção e fruição do património baleeiro que garanta a sua preservação e a transmissão para as gerações futuras dos saberes e das tradições ligadas à baleação”.

Tratava-se, então, de classificar e preservar o património resistente – o que, com exceções pontuais que confirmam a regra geral, permitiu desenvolver um trabalho importante com o envolvimento determinante dos clubes navais e entidades privadas a par do Governo Regional e autarquias locais.

Dezasseis anos depois, pretende-se atualizar o quadro vigente com a proposta em debate.

Assegurada a salvaguarda do património, trata-se, agora, de “rentabilizar a sua utilização no campo desportivo e turístico, melhorar as condições da sua proteção e conservação e incentivar a formação na arte de velejar em botes baleeiros”.

Designadamente, permite-se, de forma expressa, que “as embarcações cedidas pela Região possam ser utilizadas em atividades marítimo-turísticas”, potenciando assim o investimento público realizado e, sobretudo, possibilitando arrecadar e canalizar proveitos privados para a sua manutenção.

As intenções parecem boas e a sua bondade é confirmada pelos pareceres recebidos na apreciação do diploma em sede de comissão.

Por isso votaremos favoravelmente.

Mas não abdicaremos da preocupação atual e da fiscalização futura para que a aplicação desta iniciativa, em caso algum, resulte em qualquer forma de concorrência desleal com os operadores privados que desenvolvem atividade marítimo-turística nos Açores.

Estamos aqui para viabilizar boas intenções e estamos aqui para denunciar más aplicações.

É assim que funciona uma oposição responsável.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos últimos anos a recuperação do património baleeiro regional foi um projeto de reabilitação do nosso património do qual nos devemos orgulhar, pois foi algo que dignificou a nossa história, assim como as pessoas e instituições que estiveram envolvidas em todo esse processo. Falamos de dezenas de instituições e falamos de centenas de pessoas envolvidas na questão do património baleeiro regional.

O Decreto Legislativo Regional n.º 13/98/A, de 4 de agosto, que define e caracteriza o património baleeiro regional e estabelece medidas e apoio destinados à respetiva inventariação, recuperação, preservação e utilização, e o Decreto Legislativo Regional n.º 24/2000/A, de 7 de setembro, que estabelece os apoios ao património baleeiro, permitiram que grande parte do património fosse recuperado, restaurado, conservado e colocado à disposição de todos os açorianos.

Assegurada que está a salvaguarda deste património importa também agora rentabilizar a sua utilização no campo desportivo e turístico, melhorar as condições da sua proteção e conservação, assim como, e já foi aqui referenciado, o incremento na formação na arte de velejar e de remar nos respetivos botes baleeiros.

Passados que estão 16 anos, com as alterações introduzidas ao documento, pretende-se uma clarificação e enquadramento da vertente desportiva, assumindo-se que as regatas dos botes baleeiros são uma manifestação de carácter cultural; pretende-se uma rentabilização do ponto de vista turístico permitindo a experiência e o usufruto de navegar numa embarcação baleeira.

Gostávamos de referir que com a intenção de contratos-programa celebrados com o departamento governamental competente em matéria da cultura está a garantir-se que a utilização desportiva dos botes baleeiros é feita para ajudar não numa lógica de transformação das embarcações e garantir uma associação de classe, mas sim para utilização única e exclusivamente com as características físicas e humanas que eram utilizadas na época da baleação.

Há que salientar que as propostas e as alterações a este DLR foram realizadas e articuladas com os representantes da Comissão Consultiva do Património Baleeiro, num sinal de consenso e de necessidade de nova regulamentação que abranja toda a comunidade envolvida na preservação e utilização deste património que é de nós todos e para nós todos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às quatro e meia.

Eram 16 horas e 15 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 37 minutos.

Presidente: Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Queria aproveitar a oportunidade para esclarecer algumas dúvidas que foram levantadas pela Sra. Deputada Ana Espínola e também pelo Sr. Deputado José Andrade.

Relativamente à Sra. Deputada Ana Espínola, gostaria que ficasse clara uma situação que é clara de si. Naturalmente não precisa de ser esclarecida aqui, mas convinha que ficasse o registo.

Este diploma, o diploma que está em vigor, prevê o apoio à construção de novas embarcações baleeiras, de acordo com as técnicas tradicionais.

Portanto, há apoios. Os candidatos interessados candidatam-se e depois o processo segue a sua via normal. Isso é uma coisa.

Outra coisa é a classificação. Só se pode classificar bens que são originais. Portanto, não se pode classificar uma réplica.

O Governo apoia, porque há todo o interesse em manter a tradição das técnicas da navegação deste tipo de embarcações. Há apoio para isso. É uma maneira de preservar quer o objeto em si, quer as técnicas, mas depois de construído não pode ser classificado. O que é classificado é a regata enquanto princípio, enquanto técnica de navegação.

Por isso, gostaria que ficasse registado que não se trata de uma situação de injustiça, pelo contrário, seria injusto atribuir classificação a cópias. As classificações só se aplicam a objetos originais.

Relativamente ao Sr. Deputado José Andrade, gostaria de salientar um aspeto.

De facto, quando eu era Diretor Regional da Cultura, em 1998, (rege-se pelo diploma que está atualmente em vigor que data desse período; portanto, partiu da Direção Regional da Cultura, quando eu era Diretor Regional) houve toda essa preocupação de preservar o património baleeiro, incluindo a fábrica de São Vicente de Ferreira.

Infelizmente, como o bem nunca tinha sido classificado, foi destruído quase totalmente. Mas gostaria de salientar um aspeto. A Lei de Bases do Património Cultural refere muito claramente que pode haver vários tipos de classificação e pode haver várias iniciativas de classificação, incluindo as câmaras municipais.

Deputado José Andrade (PSD): As câmaras não estão aqui em discussão, Sr. Secretário!

O Orador: Portanto, não é justo.

De facto, o Governo não classificou, mas a Câmara Municipal de Ponta Delgada também não o fez e podia tê-lo feito. Convém esclarecer isso.

Não é uma exclusiva competência do Governo o processo de classificação de bens culturais. É de qualquer entidade e até a câmara municipal podia tomar várias iniciativas.

Primeiro, podia classificar como património de interesse municipal e ficava com todos os direitos, com todas as regalias de qualquer bem classificado e, se não o quisesse fazer e achasse que tinha dignidade para isso, a Câmara Municipal de Ponta Delgada podia ter proposto a classificação daquele bem

como património regional. Portanto, podia ter tomado a iniciativa da classificação, quer como património municipal, quer como património regional. Até por uma questão de justiça, acho que não é adequado culpar-se os governos por tudo, quando as câmaras municipais também têm competências e não as concretizam.

Finalmente, o Sr. Deputado manifestou uma dúvida, que eu entendo, que não gostaria que um dia os botes baleeiros, em função de regata, entrassem em competição com as empresas que organizam regatas.

Ora bem, estamos a falar de tipos de embarcações diferentes. Obviamente, um bote baleeiro que é movido por uma determinada fonte de energia, com vela e com remos, não pode entrar em competição com embarcações de outra tipologia.

Portanto, nunca fará concorrência a empresas com funções lúdicas.

Pode, sim, é haver (vamos supor) em São Miguel, ou numa outra ilha qualquer, clubes que têm embarcações baleeiras e que organizam regatas. Pode haver regatas entre embarcações da mesma categoria. Então aí será uma luta leal e honesta. Nunca haverá concorrência, até porque as próprias organizações das regatas sabem perfeitamente que existem categorias de embarcações, tipologias de embarcações, e que só podem concorrer entre si aquelas que obedeçam às mesmas características.

Portanto, não haverá esse tipo de perigo.

De qualquer maneira, também gostaria de salientar que a gestão das regatas, a articulação, o funcionamento, será licenciado, mas a iniciativa será privada, dos clubes navais ou doutro tipo de instituições, que naturalmente têm as suas próprias regras e nunca iriam, suponho eu, fazer esse tipo de regatas com embarcações de tipo diferente.

De qualquer maneira gostaria que ficasse clarificado aqui também que não está, nunca esteve, nem poderia estar, nas intenções do Governo, criar situações de concorrência desleal para esse tipo de regatas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do Partido Popular Monárquico tivemos oportunidade de analisar as alterações que são propostas por parte do Partido Socialista.

Estamos de acordo com as alterações que o Partido Socialista apresenta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que é que se passa consigo?

O Orador: Não se passa nada. Estou de acordo.

Portanto, não posso dizer que não estou de acordo quando um outro partido ou o Governo apresentam uma iniciativa com a qual eu concordo.

Neste caso, partilhamos (penso eu) do discurso geral das diversas forças políticas nesta matéria de valorizar o património baleeiro, considerá-lo importante, e deixar aqui um senão. De facto, em relação à classificação do património temos que ser mais, eu diria, pró-ativos.

Por exemplo, a Ilha do Corvo, surpreendentemente para alguns, também tem património baleeiro. Temos alguns objetos que se têm vindo a perder com o tempo e a Direção Regional da Cultura, nesta matéria, devia ser mais pró-ativa e procurar inventariar aquilo que existe.

Eu, por exemplo, sei de algumas peças que as famílias ainda têm. Era importante que esse reconhecimento fosse feito e que existisse aqui uma atitude mais pró-ativa por parte do Governo Regional e da Administração Regional nesta matéria. É a única recomendação que eu podia fazer nesta área.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação.

Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos então agora à votação na especialidade.

Começamos com a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 1.º do diploma em vigor.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação as propostas de alteração do Partido Socialista ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara, considerando que possa haver alguma unanimidade, se poderei colocar à votação todas as propostas de alteração do Partido Socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Menos a do artigo 12.º!

Presidente: Não! Então vamos continuar.

Coloco então agora à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 4.º.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pode ser até ao artigo 12.º, Sra. Presidente!

Presidente: Só o 12.º é que tem que ser votado em separado?

Agora, de qualquer forma, mantém-se o artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou então colocar à votação as restantes propostas de alteração do Partido Socialista ao diploma, à exceção das alterações ao artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração apresentadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação as propostas de alteração ao artigo 12.º. Pergunto se querem que eu vote número a número.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim!

Presidente: Então está à votação a proposta de alteração do Partido Socialista ao n.º 2, do artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração apresentada ao n.º 3, do artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor PCP, 1 voto a favor do PPM e 3 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Vou então colocar agora à votação o artigo 1.º do diploma com as alterações que lhe acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento, artigo 1.º-A, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora por fim, e penso que sem oposição, os artigos 2.º e 3.º da proposta do Governo, uma vez que não têm quaisquer propostas de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Faço apenas uma recomendação para que em sede de redação final se considere que na proposta consta artigo 4.º quando efetivamente devia ser artigo 3.º. Depois terá que ser corrigido.

Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global a proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito bem. Vamos avançar com a nossa Agenda. Entramos assim no ponto três: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia para apresentação do diploma.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado mês de abril, através do Decreto-Lei n.º 61/2014, de 23 de abril, procedeu-se a nível nacional a uma alteração na legislação que regula o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca.

O principal motivo que fundamentou essa alteração foi as condições climatéricas que se têm vindo a verificar nos últimos anos de forma crescentemente adversas, o que foi e é considerado como um forte constrangimento ao exercício da pesca e tem, e muito, penalizado os rendimentos dos pescadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em novembro de 2013, o Conselho Consultivo Científico das Academias Europeias publicou um estudo sobre a tendência para eventos climáticos extremos na Europa, o qual refere que os extremos climáticos futuros poderão tornar-se os mais importantes fatores responsáveis por impactos económicos e sociais, e conseqüentemente, irão colocar enormes desafios aos Estados Membros e à UE. Considera o estudo que o nosso país será um dos mais afetados pela sua enorme linha de costa e pelo impacto destes eventos climáticos em Regiões como os Açores.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Perante isso o Governo da República e para que este Fundo cumpra melhor a sua finalidade, decidiu reduzir o número de dias de paragem de atividade necessários para que os profissionais possam aceder a este Fundo, que passaram a ser de mais 3 dias consecutivos ou 7 dias interpolados num período de 30 dias.

Nessa alteração nacional também criou-se a possibilidade desta Compensação ser atribuída 90 dias por ano ao contrário dos anteriores 60 dias.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o Grupo Parlamentar do PSD/Açores não existem motivos que justificam que nos Açores a situação seja diferente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Entendemos que é da mais elementar justiça que se equipare os requisitos de acesso ao Fundopesca, em termos de dias de inatividade, na Região aos que agora passaram a estar em vigor no Continente Português.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Ora se a razão invocada a nível nacional para esta alteração são as condições climatéricas adversas, bem sabemos que os profissionais de pesca que exercem a sua atividade nos Açores sentem como ninguém essas condições climáticas adversas

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Fundamenta ainda esta alteração, que agora propomos, o facto de termos maioritariamente uma frota da pequena pesca e artesanal, bem mais vulnerável às más condições climáticas.

Assim o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe sensivelmente duas alterações ao DLR n.º 19/2013/A que estabelece o Regime Jurídico do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca dos Açores (Fundopesca).

A primeira alterando os requisitos de acesso a este Fundo reduzindo o período de paragem de atividade, necessário para que os profissionais possam aceder a este Fundo, dos atuais 8 dias para mais de 3 dias consecutivos ou dos atuais 15 para 7 dias interpolados num período de 30 dias.

Propomos ainda que na contagem destes prazos sejam considerados sábados, domingos e feriados. Clarificando esta questão na legislação regional, o que constitui um ato de justiça para quem muitas vezes não tem feriados nem fins de semana.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A segunda alteração que propomos é a criação da possibilidade de o período máximo de atribuição desta compensação salarial passar dos atuais 60 dias para 90 dias por ano, por despacho do membro do Governo Regional com competência em matéria de pescas, sob proposta do Conselho Administrativo do Fundopesca.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As alterações que propomos são antes de mais um ato de justiça para com os nossos pescadores e para com todos os profissionais de pesca que exercem a sua atividade nos Açores.

Esperamos que essa injustiça seja corrigida.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais:

A Representação Parlamentar do PCP considera esta iniciativa do PSD justíssima.

Justíssima, porque igualiza ou pretende igualizar as regras dos Açores às do Continente, designadamente ao reduzir, como foi dito pelo Deputado Luís Garcia, o período de paragem de oito para três ou sete dias interpolados por mês, incluindo sábados, domingos e feriados na contagem e aumentar a possibilidade de 60 para 90 dias.

Relativamente àquilo que é o conjunto do diploma do Fundopesca, mesmo com estas alterações que agora o PSD pretende introduzir e que esperemos que esta câmara aprove, ainda assim o Fundopesca fica aquém daquilo que é desejável e justo para o setor, designadamente para os pescadores, o que significa que, havendo oportunidade e quando houver oportunidade, o PCP trará a esta câmara propostas para a revisão do Fundopesca, mas dando-lhe um carácter diferente daquele que hoje tem, sobretudo procurando desgovernamentalizar o Fundopesca, tornando-o efetivamente numa garantia salarial para os pescadores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda reconhece bondade na intenção do Grupo Parlamentar do PSD em propor uma alteração ao atual Fundopesca, reduzindo os prazos para a sua ativação nos Açores, aliás, à semelhança do que ocorreu no Continente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É o Espírito Santo!

O Orador: Essa redução de prazos faz todo o sentido no Continente. Porém, aqui nos Açores, devido às nossas condições atmosféricas, o que irá resultar na prática (e receio que é isso que irá resultar) é uma ativação muito mais frequente do Fundopesca, o que irá ocasionar, ou ter como consequência, a que os pescadores recebam, de facto, mais vezes o Fundopesca mas em montantes muito mais reduzidos.

Deputado Luís Garcia (PSD): É o que está na legislação, Sr. Deputado!

O Orador: Entendemos que o fundamental aqui será garantir o montante fixo na base do salário mínimo regional num determinado mês de cada ano. O nosso parecer é esse, aliás, em consonância com outras propostas de alteração ao Fundopesca que a nossa Representação Parlamentar tem apresentado.

Nesse sentido vamos abster-nos relativamente à vossa proposta.

Obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É o Bloco e a Federação das Pescas!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É unânime que o Fundopesca é um instrumento legislativo muito importante para os profissionais da pesca.

Desde 2002, altura em que se procedeu à adaptação à Região do Decreto-Lei 311/99, de 10 de agosto, que foram feitos diversos alertas para acertos ao diploma ajustando assim à realidade açoriana.

Alguns aspetos que penalizavam os pescadores no acesso a esta compensação foram sendo inventariados e em setembro passado foi dado novo avanço no sentido de introduzir melhorias para dar mais transparência, previsibilidade e introduzir uma maior justiça social neste diploma.

Esta alteração ao regime jurídico, aprovada no referido mês de setembro, foi articulada com a classe, nomeadamente com os seus legítimos representantes.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Designadamente a Federação de Pescas!

O Orador: Nesse âmbito, foi estabelecido um regime autónomo da legislação nacional permitindo que a Região pudesse regulamentar sobre essa matéria.

Foi feito um melhor enquadramento dos beneficiários;

Foram incluídas as condições do estado do mar, que originem falta de segurança nos portos e no mar;

Foi alargada a possibilidade de acumular com outros apoios, que era uma exigência já conhecida;

Passou-se de um período máximo de aplicação de 30 para 60 dias por ano;

Foi também alterada a composição do Conselho Administrativo e alteradas as suas competências.

Este novo regime foi consensual entre as organizações profissionais e nesta Casa mereceu os votos favoráveis, para além dos do PS, do PSD e do PPM e as abstenções do CDS-PP, BE e do PCP.

O PSD traz-nos um Projeto de Decreto Legislativo Regional para alterar o atual regime jurídico apenas oito meses depois da sua publicação. As alterações, no entanto, são cirúrgicas. Reduzem o período relevante de paragem da faina de oito para mais de três dias consecutivos, de quinze para sete dias interpolados, num período de 30 dias.

Introduz os sábados e os domingos e feriados na contagem dos prazos, o que me parece uma boa ideia, e prevê a possibilidade de alargar o período anual de 60

para 90 dias, por despacho do membro do Governo, sob proposta do Conselho Administrativo.

Aparentemente esta proposta poderá ser tida como benéfica para os pescadores, mas como disse o Presidente da Federação de Pescas dos Açores na Comissão (e passo a citar) “vendo em pormenor esta proposta não era o que aparentava”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha que estranho!

O Orador: A redução dos períodos mínimos irá originar inúmeras ativações sobretudo durante o inverno e originar uma sobrecarga numa primeira linha, que é nas Associações, que irão certamente provocar atrasos e ineficiência a este mecanismo que, interessa recordar, é uma compensação salarial e não um apoio social, que interessa pagar o mais rapidamente possível. Desta maneira, com esta proposta do PSD, isso não será possível.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do PSD é uma proposta que quando aumenta o período de compensação salarial dos 60 para os 90 dias, parece efetivamente ser justa, na medida em que vai compatibilizar um pouco o que se passa no território nacional com o que se passa no território insular.

Ora, é uma compensação, de facto, salarial.

Tem um inconveniente aparente. E o inconveniente é efetivamente o curto período de tempo para as contagens que aqui é colocado.

Dei-me ao trabalho de fazer uma pequena análise referente aos meses de janeiro e de fevereiro de 2014, e o que acontece é que, de facto, o Fundopesca estaria praticamente aberto todo o dia.

Deputado José Ávila (PS): Exatamente!

O Orador: Quer isto dizer que o diploma aqui apresentado tem vantagens por um lado e peca um pouco pelo período demasiado curto que faz com esteja quase permanente em aberto as candidaturas.

No entanto, e ouvindo o que dizia a Representação de Pescas dos Açores, ela tem dúvidas também se esta proposta de alteração beneficiará ou não a classe.

É muito difícil para quem não é pescador perceber se receber alguns montantes às pinguinhas ou receber de forma mais avultada é ou não importante na vida das pessoas.

Isto é difícil de julgar na medida em que cada um sabe da sua vida e da importância que certos montantes fazem na vida de cada um.

Entendemos que, na generalidade, a proposta é razoável e vai beneficiar, de facto, os pescadores. Peca por reduzir a forma da contagem para a abertura do Fundopesca.

Acresce ainda outras dificuldades burocráticas que são aquelas que possam resultar da maior frequência de tempestades no arquipélago dos Açores, o que pode implicar que em determinados períodos do ano haja candidaturas permanentemente abertas. É este o problema que o CDS/PP vê apenas neste diploma.

Deputado Luís Maurício (PSD): Tanta gente a contar com isso!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre esta matéria começo por recordar que este diploma foi recentemente revisto nesta Assembleia e que após aturado trabalho entre todas as forças vivas intervenientes na pesca mereceu os votos favoráveis do PS, do PSD, do PPM e as abstenções do BE, do CDS e do PCP.

Trata-se, como todos sabemos, do Decreto Legislativo Regional 19/2013/A, de 17 de outubro, que foi aprovado no nosso último plenário no passado mês de setembro.

Nessa altura todas as forças políticas aqui presentes reconheceram os méritos desse diploma e também foram, naturalmente, apontadas algumas críticas, particularmente (foi mais ou menos unânime desse ponto de vista) uma eventual excessiva governamentalização da gestão do Fundo no que à composição do Conselho Administrativo diz respeito.

Como pontos positivos, foram referidos que o diploma era mais equilibrado do que o anterior, que conferia maior flexibilidade na ativação do Fundo, que conferia maior abrangência para os profissionais da pesca, incluindo um número mais significativo de profissionais no seu âmbito, que permitia acumulabilidade do Fundo com outras ajudas recebidas pelos pescadores.

Apesar das acusações de governamentalização, foi também evidenciada uma maior representatividade dos profissionais da pesca no Conselho Administrativo e, por último, foi também estabelecida uma autonomia total do diploma nacional que anteriormente previa uma coisa que nunca aconteceu, que foram as transferências do Orçamento de Estado para o Fundo e também evitar uma dependência legal dos diplomas nacionais.

Após a aprovação do Decreto Legislativo Regional 19/2013, já no atual figurino, o Fundopesca já foi ativado, como sabem, no passado mês de fevereiro, beneficiando 1.421 profissionais de pesca e atribuindo um valor global de ajuda de 338 mil euros.

Se recuarmos um pouco mais no tempo, conforme dizia o Sr. Deputado José Ávila, desde 2002 que todos os anos o Fundopesca tem sido ativado sem qualquer exceção.

Nesse período, de 2002 até agora, foram apoiadas 16.310 candidaturas e disponibilizada uma ajuda financeira global de cerca de 5,8 milhões de euros.

Se considerarmos apenas o período da atual legislatura verificamos que o Fundo já foi ativado por três vezes: em dezembro de 2012 e em março de 2013, a que corresponderam 1.393 candidaturas e que gerou uma ajuda de 640 mil euros, e já recentemente, conforme referi há pedacinho, mais 1.421 candidaturas no montante global de ajuda de 338 mil euros.

Vejam agora o que se tem verificado no Continente.

Desde a aprovação do Decreto-Lei que regulamenta esta matéria, o Fundo apenas foi ativado por duas ocasiões: no final da década de 90 do século passado (possibilitou uma ajuda à classe piscatória de 250 mil euros), e já no corrente ano foi ativado mais uma vez, não havendo ainda registo dos valores apurados relativamente aos montantes que vão ser pagos aos seus beneficiários.

Mais comparações para quê?

Penso que fica claro que temos um bom diploma, que foi recentemente melhorado, facto reconhecido por todos os partidos aqui representados e que provoca efeitos práticos sempre que é necessário.

Perguntar-me-ão sobre eventuais melhorias que devem ser introduzidas e eu direi que sim, particularmente – é nisto que o Governo está trabalhar – para conseguir melhorar o tempo que medeia entre a ativação do Fundo e a data que os pescadores recebem efetivamente esta ajuda.

Já neste ano, na última ativação, conseguimos fazer alguns progressos. Foi pago 30 dias após o final, mas há aqui matéria, há aqui margem para podermos melhorar ainda mais alguma coisa.

Passando agora a uma análise da proposta de alteração do PSD, no que se refere à modificação dos prazos para a ativação do Fundo, de oito para três dias consecutivos de inatividade e de quinze para sete dias interpolados num período de 30 dias, devo dizer que pelas razões que já foram também apontadas por alguns partidos não me parece que esta alteração traga nenhum benefício à classe piscatória. Vamos ter candidaturas muito mais frequentes a que vão corresponder ajudas muito menores do que aquelas que neste momento ocorrem.

Devo também referir que o Fundo está relacionado com o orçamento que anualmente esta Casa também aprova para essa finalidade. Portanto, será este dinheiro dividido por mais vezes.

Relevo que foi também esta a posição da Federação das Pescas dos Açores registada recentemente em sede de audiência em Comissão.

Permitam-me também mais uma referência à questão das contagens do tempo.

Sendo certo que o diploma não refere que são considerados os fins de semana (sábados, domingos e feriados), o que é facto é que nas deliberações que o Conselho Administrativo toma a este respeito, esses dias são sempre considerados. Portanto, também aqui não há nada de novo relativamente a esta matéria.

Relevo ainda que o diploma nacional prevê que as candidaturas possam ocorrer num espaço temporal de 12 meses após a ocorrência do mau tempo.

Desafio-os, a todos, a contabilizarem nesse pressuposto o tempo que irá mediar entre aquilo que é a ocorrência do mau tempo e a data em que os pescadores receberão essa participação.

Finalmente, a proposta do PSD prevê ainda um aumento da compensação anual de 60 para 90 dias, por proposta do Conselho Administrativo e despacho favorável do membro do Governo com competência na matéria.

Permitam-me estranhar esta proposta vinda de um partido que alugou uma excessiva governamentalização contida no atual diploma regional e agora propõe que seja o membro do Governo a decidir sobre esta matéria.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vê-se logo que não é que escreveu isso. Pessoalmente era incapaz de dizer isso!

Deputado Manuel Pereira (PS): Isso é deselegante!

O Orador: Não será isto uma proposta de governamentalização, esta sim, daquilo que neste momento está estipulado?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM apoia esta iniciativa do Grupo Parlamentar do PSD.

Consideramos que esta redução que aqui está prevista do período relevante de paragem da faina de oito dias para três dias consecutivos e de quinze para sete dias interpolados, num período de 30 dias, é algo benéfico.

Algumas dificuldades que aqui têm sido apresentadas por alguns deputados, não vejo que não possam ser ultrapassadas com a simplificação dos mecanismos burocráticos.

Por isso considero que, de facto, é um sistema que serve melhor os pescadores dos Açores, que serve os interesses dos pescadores dos Açores e que dá uma resposta mais efetiva às dificuldades por que estão a passar estes profissionais. São dificuldades tremendas e são dificuldades que muitas vezes a Administração tem demorado a dar uma resposta efetiva, como foi o caso deste ano.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma interpelação?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às dezassete e trinta.

Eram 17 horas e 17 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 39 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Luís Garcia, a quem dou a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo esta segunda intervenção, neste debate, por estranhar a posição do Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado, em termos daquilo que os pescadores vão receber e o número de dias por ano, isso está tudo fixado na legislação aprovada por esta Casa. Não mexemos absolutamente nessa legislação. Portanto, estranho essa sua posição.

Sr. Secretário Regional, o senhor diz que a nível nacional os profissionais da pesca podem apresentar as suas candidaturas nos 12 meses subsequentes à verificação das condições que permitem aceder a esse Fundo. Eu não vejo nisso qualquer tipo de problema, antes pelo contrário, vejo dar aos profissionais a capacidade de decidirem o momento de apresentarem a sua candidatura ao Fundo.

Isso, ao contrário do que o senhor diz, pode reduzir o volume de concentração das candidaturas e pode, também ao contrário daquilo que o senhor diz, agilizar o processo e não complicá-lo.

Portanto, é uma filosofia de atuação totalmente diferente daquela que os senhores têm e querem continuar, porque os senhores usam essa gestão para controlar o setor.

Eu tinha esperança que o senhor alterasse a gestão deste Fundo que vinha do passado. Era uma gestão em que, à boleia da gestão desse Fundo, se tentava controlar o setor.

Essa alteração os senhores não querem, porque o que os senhores querem efetivamente, com essa gestão, é controlar o setor e que o mesmo ande de mão estendida a pedir ao Governo,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sistematicamente, a ativação do Fundopesca.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não há nada na legislação que crie obstáculos a essa nova filosofia, a essa outra filosofia de atuação e de gestão deste Fundo.

Uma outra questão que o senhor refere, é a questão da governamentalização com a proposta que aqui fazemos.

Estipulamos, ou propomos estipular na legislação, a possibilidade de se passar dos atuais 60 dias de compensação por ano para os 90 dias, por proposta do Conselho Administrativo do Fundopesca.

Portanto, se o Conselho Administrativo do Fundopesca for um Conselho efetivamente independente, imparcial e autónomo, não há aqui nenhuma governamentalização.

O senhor diz que há uma governamentalização porque parte de uma premissa que está absolutamente errada, de que o Conselho Administrativo está governamentalizado. Nós defendemos precisamente o contrário.

Mas vamos àquela questão que para mim é essencial, que é uma questão de justiça.

Temos na Região um Fundo, o Fundopesca, que tem essencialmente a mesma natureza e os mesmos fins que existem a nível nacional: visa compensar os profissionais da pesca quando estes ficam temporariamente impedidos de exercer a sua atividade e, logo, sem rendimento. Este Fundo tem esta finalidade na Região à semelhança do que existe a nível nacional.

A questão que eu coloco é:

É justo que os profissionais da pesca açorianos tenham critérios de acesso a esse Fundo diferentes dos seus colegas a nível nacional?

É justo que na Região sejam necessários oito dias de inatividade e na República sejam precisos apenas três?

É esta questão fundamental, nesta proposta, que os senhores não respondem. É justo ou não é justo?

Aí está a questão fundamental onde reside a nossa proposta, uma questão de justiça.

Não estamos a falar de um critério qualquer. Estamos a falar de um critério que é absolutamente essencial para aceder a este Fundo, que é o número de dias de inatividade.

Os senhores dizem que as últimas alterações (e nós também aprovámos) que foram feitas ao Fundopesca são benéficas, são vantajosas para os nossos profissionais.

Mas de que serve eles terem todas essas vantagens se para acederem a esse Fundo têm critérios mais restritivos? Aí está uma injustiça que queríamos reduzir e que os senhores aparentemente não querem reduzir.

Depois, a desculpa é que esta alteração que propomos vai criar mais burocracia, mais atrasos, mas esta, como já disse, não é a primeira questão que se tem que colocar. É antes uma questão de justiça.

Pode até dar mais trabalho, mas se for justo para os pescadores acho que vale a pena fazermos todos um esforço para se encontrar mecanismos e criar formas para reduzir essa burocracia e esses atrasos.

Os senhores nem querem fazer esse esforço. Os senhores agarram-se à questão dos atrasos, à questão da burocracia para não aprovarem estas propostas e nem se dão ao trabalho de quererem alterar as coisas e fazer um esforço para encontrar aqui mecanismos e procedimentos que reduzam essa burocracia.

Pela nossa parte, Sr. Secretário, não queremos que pelo facto do Governo ter de trabalhar mais, os pescadores sejam prejudicados. Daí que tenhamos apresentado e estamos profundamente convencidos da bondade desta proposta para ajudar os nossos profissionais da pesca que passam por momentos de grande dificuldade.

Muito obrigado.

Deputados Jorge Macedo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, quero lembrar que os pescadores são uma classe que aufere rendimentos abaixo do que seria considerado miserável.

Aqui, a questão que se coloca é que o Grupo Parlamentar do PSD quer, ou pretende alterar a forma como o que já é muito pouco seja distribuído pelos pescadores – utilizando aqui uma expressão que já utilizada – às pinguinhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é isso!

O Orador: Eu não estou contra a vossa proposta, por isso é que me vou abster. Agora não sei se fará grande diferença. Isso depende da gestão de cada pescador e cada pescador saberá o que é melhor para si.

Aquilo que está em causa é uma medida que faz diferença no Continente, mas aqui, nos Açores, não fará assim uma diferença tão grande.

O que eu estranho é a falta de audácia e de coragem do Grupo Parlamentar do PSD para mudar todo este paradigma no que diz respeito à compensação salarial dos pescadores na Região, uma classe que já de si vive na miséria.

Aqui, o mínimo para os pescadores seria garantir uma compensação salarial na base do salário mínimo que se paga uma vez por ano, num determinado mês desse ano.

Portanto, isso é o mínimo dos mínimos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, mas aprovámos a proposta do Bloco de Esquerda!

O Orador: Seria de esperar que o Grupo Parlamentar do PSD tivesse mais coragem e mais audácia e fosse além de uma simples adaptação à Região de um diploma que foi alterado recentemente na República e que faz todo o sentido na República. É um grande avanço na República.

Também quero lembrar que na Região o Fundopesca é uma Mútua. Ou seja, são os pescadores que descontam para essa Mútua.

O vergonhoso é que vivemos numa Região que tem um Fundopesca que é uma Mútua. Ou seja, são os próprios pescadores que entram com o dinheiro para esta Mútua, para este Fundopesca,...

Deputado José Ávila (PS): 17%!

O Orador: ... e o Fundopesca orgulha-se de sobrar dinheiro ao fim do ano, quando os pescadores andam a passar fome. Isso é que é de estranhar, isso é que é de condenar.

Agora estar aqui a tentar distribuir um pouco às pinguinhas ao longo do ano não aquece nem arrefece...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se fosse ativado mais vezes não tinham falta de dinheiro!

O Orador: ... se calhar para a maior parte dos pescadores e se calhar atrasa a vida a muitos pescadores que prefeririam de certeza receber um montante que fosse fixo, que fosse garantido num determinado mês do ano. Isso, sim, é que iria corresponder a uma justa compensação salarial.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria relembrar que na discussão que tivemos aqui no mês de setembro, relativamente ao diploma que está em vigor, que o Sr. Deputado Jorge Macedo é que fez as “despesas” da Casa, digamos assim, pelo PSD, referiu uma coisa que é importante relembrar aqui:

“O PSD regista neste diploma em análise melhorias relativamente à legislação que atualmente está em vigor e, quando assim é, é caso para felicitar o Governo. O PSD, por isso, felicita o Governo”.

Deputado Luís Garcia (PSD): Como é que votámos? Não votámos a favor?

O Orador: Foi dito desta maneira.

Mas é claro que nem só coisas boas foram ditas relativamente ao diploma.

Uma das questões que o Sr. Deputado Jorge Macedo na altura também referiu foi, e passo a citar:“... sendo certo que o número par no Conselho Administrativo permite que o seu Presidente, ou o Diretor Regional das Pescas, tenha sempre o voto de qualidade, o que na prática significa que é o Governo novamente a dominar o funcionamento e as votações do Conselho Administrativo”.

Portanto, é uma crítica, uma crítica que é legítima, que é feita ao diploma que está em vigor. Mas o curioso é que esta proposta do PSD, agora, ainda reforça mais a posição do Governo.

Portanto, a passagem dos 60 para o limite dos 90 dias está unicamente dependente do membro do Governo dessa área.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não é verdade! O senhor não leu a proposta!

O Orador: Sr. Deputado, eu tenho por hábito ler as propostas que venho aqui discutir.

Tenho pena que isso não esteja muito claro.

Passando a referir-me ao exemplo deste ano, houve o impedimento de saída para o mar por parte dos pescadores no mês de janeiro.

O Conselho Administrativo reuniu no dia 12 de fevereiro. O dia 28 de fevereiro foi tido como prazo limite para a organização dos processos. As Associações pediram à tutela que se prorrogasse o prazo, e esse prazo foi prorrogado até ao dia 7 de março, para conseguirem instaurar os seus processos de maneira a que houvesse alguma agilidade nos pagamentos e os pagamentos foram feitos no dia 7 de abril.

Queria perguntar ao Sr. Deputado Luís Garcia, entre janeiro, que foi a altura do impedimento, e o dia 7 de abril, que foi o dia do pagamento, quantas vezes é que o senhor, com essa legislação que propõe, iria ativar o Fundopesca? Muitas ativações com certeza.

Por isso, Sr. Deputado, não me parece que haja muita eficiência nessa sua proposta.

A redução de prazos, neste caso, é inconsequente. Isso até é dito pelos próprios pescadores, nomeadamente pelo Presidente da Federação de Pescas que o disse claramente em reunião de Comissão.

A sua proposta aumenta efetivamente o número de ativações, mas isso não é paralelo à questão de aumentar o valor que é atribuído aos pescadores por inatividade. Não aumenta a eficácia a uma classe que infelizmente depende de vários fatores, alguns que não são controláveis.

O Sr. Deputado quando introduz aqui a questão da justiça na discussão, quando compara o Fundopesca regional e o Fundopesca utilizado no Continente, acho que não é muito correto.

No Continente (imagine-se!) foi ativado duas vezes, como disse o Sr. Secretário, e uma das vezes nem sequer foi pago. Portanto, só foi pago uma única vez e curiosamente nesse investimento foi despendido (representou) à volta de 250 mil euros, como foi dito pelo Sr. Secretário.

Aqui, nos Açores, ele é ativado anualmente desde 2002 e, a maior parte das vezes, duas vezes por ano. Já foi feito um investimento (porque isto não é um gasto, é um investimento!) de 5 milhões de euros. Não tem nada a ver com aquilo que se está a passar no Continente.

É certo, Sr. Deputado, que se calhar precisamos de mais eficiência no tratamento do processo. Também já foi garantido pelo Sr. Secretário que isso está a ser feito, nomeadamente concentrando a informação, tendo sempre a informação atualizada, de maneira a que se consiga despoletar rapidamente todo o processo que, como toda a gente sabe, tem que ter alguma informação para suportar esse mesmo processo.

A eficiência faz-se com rapidez no tratamento de dados e encurtando os prazos. Isso não resolve esse problema.

Esta proposta, de facto, é tudo menos isso, é tudo menos eficiência.

Por isso, confirmo aquilo que foi dito em Comissão pelo Sr. Presidente da Federação de Pescas: esta proposta, de facto, não é aquilo que aparenta.

Nós vamos votar contra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais** (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas duas notas relativamente àquilo que foram as referências do Sr. Deputado Luís Garcia e já agora também do Sr. Deputado Paulo Mendes.

Gostava que ficasse claro no espírito de todos nós aquilo que fiz questão, quando discutimos este documento no plenário de setembro, que fosse uma referência deste diploma. Tem a ver com a governamentalização de tudo isto.

Sr. Deputado, não há governamentalização nenhuma.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Então não há nenhum problema com a nossa proposta! Não há governamentalização nenhuma!

O Orador: O Fundopesca é acionado sempre que é necessário.

As forças vivas dos pescadores, sejam armadores, sejam pescadores, estão convenientemente representadas no Conselho Administrativo. Aliás, a sua representatividade aumentou nesta nova revisão.

O Fundo funciona. Os números falam por si relativamente àquilo que tem sido a aplicação e as consequências do Fundo ao longo destes anos.

Portanto, não me parece que haja aqui qualquer tipo de governamentalização relativamente a esta matéria.

Relativamente à proposta que aqui traz, essa sim, particularmente no que diz respeito à decisão de prorrogar o prazo de 60 para 90 dias, é certo que é por proposta do Conselho Administrativo, mas também é certo que é por despacho favorável do membro do Governo com competência nesta matéria.

Portanto, se não se chama a isto governamentalização, diga-me o que é que é governamentalização para si?

Relativamente à questão das participações dos pescadores, referenciadas pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, de facto é verdade. Os pescadores concorrem para a composição do Fundo, mas devo referir que esta participação representa 0,5% das suas entregas em lota durante cada ano.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, para ser rigoroso, nós propomos efetivamente que a compensação salarial possa ser alargada até 90 dias, por despacho do membro do Governo com competência em matéria de pescas, sob proposta do Conselho Administrativo.

Portanto, se o Conselho Administrativo é, como os senhores dizem, autónomo, que não há governamentalização, que ele é independente, que ele é imparcial, não há aqui nenhuma governamentalização.

Os senhores têm que se entender.

Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros): Fale da segunda parte!

O Orador: Ou admitem que ele está governamentalizado e que isto aumenta a governamentalização, ou então, como aquilo que os senhores sempre têm defendido é que não há qualquer tipo de governamentalização, a nossa proposta então não aumenta qualquer tipo de governamentalização.

Entendam-se!

Deputado Luís Maurício (PSD): Agora é que foram apanhados!

O Orador: Há uma outra questão que eu tenho que lhe responder, e quero responder com toda a objetividade: quantas vezes o Fundopesca deve ser acionado?

Todas as que forem necessárias!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É para isso que ele existe e é por isso que os pescadores descontam para esse Fundo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, o que tem que estar aqui subjacente é uma outra filosofia de atuação e de gestão deste Fundo. Vejamos:

Este Fundo tem legislação que o enquadra.

Tem ou não tem? Tem!

Este Fundo tem um orçamento? Tem!

Este Fundo tem um Conselho Administrativo que deve ser autónomo, portanto tem que funcionar a todo o tempo.

Cada profissional, em cada momento, verificadas as condições para poder ter acesso a este Fundo, deve poder candidatar-se.

O Conselho Administrativo, autónomo, analisa essa candidatura. Verifica se ela está de acordo com a legislação e se estiver de acordo atribui a compensação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É simples!

O Orador: É tão simples!

O que é que os senhores querem? O que é que os senhores fazem?

Não ativam o Fundo.

Deputado António Ventura (PSD): Não querem pagar!

O Orador: Obrigam o setor a andar aí, meses e meses, de mão estendida, a pedir, a pedir... E lá os senhores concedem, “por obra e graça do Divino Espírito Santo”, atribuir o Fundopesca, quase como um favor.

Não, senhores!

Essa filosofia de atuação e de gestão deste Fundo está absolutamente errada.

Vêm alguns senhores, designadamente o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda dizer que temos que ser mais audazes e alterar a legislação.

Sr. Deputado, não há nada nesta legislação que impeça que este Fundo funcione desta maneira.

O Governo é que quer. Eu já lhe disse, Sr. Secretário, que tinha esperança que o senhor alterasse isso, mas provavelmente a máquina socialista e partidária não o deixa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Uma chatice!

O Orador: De facto, o senhor deu nota de que ia ter na gestão deste setor um outro tipo de atuação.

É possível, com a legislação que temos, ter outro tipo de gestão deste Fundo, dando liberdade aos profissionais a cada momento, definindo (isso sim, podemos definir!), verificadas as condições, até quanto tempo depois o profissional tem para apresentar a candidatura.

Não tem que ser um mês, nem 15 dias. Pode ser os tais 12 meses que estão estipulados a nível nacional. Pode ser três ou seis meses.

Isto vai permitir que não haja uma grande concentração de candidaturas. Vai permitir que não haja esse tal grande volume de trabalho e de burocracia que os senhores agora se agarram para não aprovar esta proposta.

Se os senhores estenderem o período de candidaturas, naturalmente que cada profissional sabe que pode receber até 60 ou 90 dias. Está definido quanto é que recebe por cada dia que não vai ao mar.

Portanto, verificadas as condições, cada profissional na sua gestão apresenta, quando entender, a sua candidatura. O Conselho Administrativo, autónomo, avalia se a candidatura cumpre a legislação e se há orçamento, atribuiu a compensação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nada mais simples.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os socialistas não querem trabalhar!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Deputado José Ávila não vai dizer mais nada?

Deputado José Ávila (PS): Digo, digo!

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Garcia, permita-me concordar com quase tudo o que disse relativamente àquilo que são as formas de ativar o Fundopesca, mas a proposta que o senhor traz aqui não refere alterações rigorosamente nenhuma desse ponto de vista. Refere apenas a questão dos prazos em que este Fundo não deve ser ativado.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não percebe a sua própria proposta!

O Orador: Por outro lado, permita-me também recordar-lhe que os senhores votaram e referenciaram inúmeras medidas de alteração como benéficas no passado mês de setembro, relativamente ao atual figurino.

Com esse atual figurino foi possível, e será possível no decurso deste ano e nos próximos anos, enquanto este diploma tiver esta configuração, ativar o Fundopesca nos moldes em que ele tem sido ativado e com os resultados que ele tem tido.

Quando comparamos com aquilo que acontece no Continente nos últimos anos, ou quando analisamos aquilo que têm sido os resultados da ativação do Fundopesca nestes anos mais recentes na nossa Região, parece-me que os resultados não são assim tão maus quanto nos quer fazer crer.

Portanto, não há aqui nenhuma intenção de governamentalizar a aplicação do Fundopesca. Há, sim, uma intenção de manter, e parece-me que tem funcionado de forma eficiente, um conjunto de regras que têm sido respeitadas relativamente aos períodos de ativação, a todos os procedimentos que são necessários desenvolver, para que o Fundo produza de facto os efeitos para o qual foi criado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às afirmações do Sr. Deputado Luís Garcia, queria perguntar a quem é que o senhor anda a chamar de incompetente, porque o Conselho Administrativo é formado por um Diretor Regional, por um representante do Departamento do Governo com competência em matéria de Segurança Social, por um representante do Departamento do Governo Regional com competência em matéria de emprego, por três representantes dos trabalhadores da pesca, por um representante dos armadores.

Queria saber se o senhor anda a chamar incompetentes a esta gente.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Esses por acaso são!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é por acaso!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: De facto, o Conselho Administrativo pode ser convocado pelos membros que não fazem parte da equipa governamental.

Portanto, acho que essa questão de andar de mão estendida, Sr. Deputado, não pega.

Deputado Luís Garcia (PSD): É o que vemos todos os anos e várias vezes por ano!

O Orador: O senhor pode pensar que já foi assim no passado, ou que tenha sido noutros lados, mas aqui não é isso que acontece e o senhor deve saber disso. Por isso, é preciso ter algum respeito por estes profissionais da pesca que fazem parte do Conselho Administrativo, que eu acho que são competentes e que fazem o seu trabalho da melhor maneira que podem e sabem.

Também há outra questão que o senhor tem que compreender, é que se as votações no Conselho Administrativo têm sido praticamente unânimes (pelo conhecimento que tenho são praticamente unânimes), quer dizer que há uma negociação prévia de maneira a chegarem a acordo sobre estas questões que têm a ver com as competências do Fundopesca.

Portanto, Sr. Deputado, acho que dizer da maneira como o senhor disse, de facto, é passar um atestado a pessoas que tentam cumprir o seu dever da melhor maneira que sabem e que podem.

Muito obrigado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Ávila, eu não me recordo de ter qualificado nenhum membro do Conselho Administrativo do Fundopesca...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... de incompetente.

Se o fiz, apresento à câmara as minhas desculpas e aos profissionais que lá estão.

Nunca tive essa intenção, mas às vezes no calor do debate... Mas não me recordo efetivamente. Depois verificarei pelos diários se assim for.

Recordo que disse que defendia um Conselho Administrativo autónomo, independente e imparcial. Esses três adjetivos utilizei. Não utilizei outros adjetivos e quero que isso fique absolutamente claro neste debate.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições pelo que vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Está concluído assim este ponto.

O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra?

Deputado António Marinho (PSD): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado António Marinho (PSD): Para solicitar um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às dezoito e trinta e cinco.

Eram 18 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 59 minutos.

O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação. Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, é regimental. Considerando o nosso horário e também para não interromper o início do ponto que vem a seguir, vamos interromper os trabalhos por hoje e regressamos amanhã às dez.

Sr. Deputado Artur Lima...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, peço desculpa, mas não concordo!

Presidente: Não concorda que eu interrompa os trabalhos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lembra-se do que aconteceu na última sessão? Aliás, houve oposição do PS!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas podemos voltar às dezanove e trinta, com um atraso de meia hora!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, nós já interrompemos muitas vezes os trabalhos às dezanove e trinta.

Considerando que só iremos regressar a essa hora, penso que não estamos em condições para continuar os nossos trabalhos por meia hora. Por isso interrompemos por agora e regressamos amanhã às dez com o PTAP.

Eram 19 horas.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Renata Correia Botelho

Partido Social Democrata (PSD)

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Deputada que faltou à sessão:

Partido Socialista (PS)

Marta Cristina Moniz do Couto

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Autoriza o Governo a introduzir disposições de natureza especial em matéria de regime de contraordenações, no contexto da criação de um regime excecional e extraordinário de regularização e aplicar aos estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e exploração onde se realizam operações de gestão de resíduos, por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública - n.º 93/X – n.º 221/XII/3

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 05 – 14

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 06 – 03;

Assunto: Procede à primeira alteração à Lei da Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho.- n.º 94/X – n.º 222/XII/3

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 05 – 14

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2014 – 06 – 03;

Assunto: Procede à primeira alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1 A/2009, de 7 de Julho - n.º 95/X – n.º 223/XII/3

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 05 – 14

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2014 – 06 – 03;

Assunto: Autoriza o Governo a aprovar o novo Código do Procedimento Administrativo - n.º 96/X - 224/XII

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 05 – 14

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2014 – 06 – 03;

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Aprova o Código das Associações Mutualistas - MSESS - (Reg. DL 190/2014) – n.º 100/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2013 – 05 – 16

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 09;

Assunto: Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 18 de julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional - MAOTE - (Reg. DL 198/2014) – n.º 101/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2013 – 05 – 16

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2013 – 05 – 28;

Assunto: Aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos estabelecimentos de alojamento local - ME - Reg. DL 205/2014 – n.º 102/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2013 – 05 – 26

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 04.

3 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2002/A, de 10 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio e 2/2014/A, de 29 de janeiro, que estabelece o Regime Jurídico da atribuição do Acréscimo Regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional à atribuição mínima Complementar Regional](#) – n.º 30/X

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 19

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 18;

Assunto: [Regime Jurídico de Proteção e Valorização do Património Cultural Móvel e Imóvel](#) – n.º 31/X

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 28

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 30.

4 – PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

Assunto: [Diversificação tarifária e promoção de tarifários sociais da eletricidade](#) - n.º 71/X

Autor: BE

Data de Entrada: 2014 – 05 – 21

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 06 – 20.

4 – Requerimentos:

Assunto: [Redução das listas de espera](#)

Autores: Artur Lima, Félix Rodrigues e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 15

Referência: 54.01.00 – N.º 238X;

Assunto: [Remuneração complementar regional](#)

Autores: Artur Lima, Félix Rodrigues e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 15

Referência: 54.01.00 – N.º 239X;

Assunto: [Pagamentos das linhas de apoio aos agricultores](#)

Autores: Renato Cordeiro e António Ventura (PSD)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 19

Referência: 54.03.00 – N.º 240X;

Assunto: [Estudo sobre insucesso escolar e diminuição de alunos](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 20

Referência: 54.03.00 – N.º 241X;

Assunto: [Incumprimento do Salário Mínimo Regional](#)

Autores: Artur Lima, Félix Rodrigues e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 22

Referência: 54.01.00 – N.º 242X;

Assunto: [Parecer da Direção de Serviços da Atividade Física Desportiva e Instalações em relação à requalificação e cobertura do Polidesportivo do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 26

Referência: 54.07.09 – N.º 243X;

Assunto: [Reparação do Piso Polidesportivo do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 26

Referência: 54.07.09 – N.º 244X;

Assunto: [Gestão e coordenação da utilização das instalações do Polidesportivo do Corvo e ações de conservação do mesmo por parte da Direção Regional do Desporto](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 27

Referência: 54.07.09 – N.º 245X;

Assunto: [Funcionamento dos serviços de desporto da Ilha na Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 27

Referência: 54.07.09 – N.º 246X;

Assunto: [Projeto Museológico da Ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 27

Referência: 54.07.09 – N.º 247X;

Assunto: [Sede da Filarmónica Lira Corvense](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 27

Referência: 54.07.09 – N.º 248X;

Assunto: [Cadastro do Parque Desportivo Regional](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 27

Referência: 54.07.00 – N.º 249X;

Assunto: [Atlas Desportivo Regional](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 27

Referência: 54.07.00 – N.º 250X;

Assunto: [Monitorização de pragas de roedores nos Açores](#)

Autores: Félix Rodrigues, Artur Lima e Ana Espínola (CDS-PP)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 28

Referência: 54.01.00 – N.º 251X;

Assunto: [Achados Arqueológicos na Ilha do Corvo](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 28

Referência: 54.07.09 – N.º 252X;

Assunto: [Bens imóveis, oriundos da ilha do Corvo, que integram o espólio da Rede Regional de Museus dos Açores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2013 – 05 – 28

Referência: 54.07.09 – N.º 253X.

5 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Funcionamento dos Conselhos de Ilha da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 16

Referência: 54.06.00 – N.º 182;

Assunto: [Encargos de funcionamento dos Conselhos de Ilha da Região Autónoma dos Açores](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 16

Referência: 54.03.00 – N.º 189X;

Assunto: [Dívidas à Empresa Quadrantes](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 16

Referência: 54.01.00 – N.º 206X;

Assunto: [Ilha Graciosa mais uma vez prejudicada](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 16

Referência: 54.03.04 – N.º 221X;

Assunto: [Castelo da Rocha Negra ameaça ruir](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 16

Referência: 54.03.07 – N.º 215X;

Assunto: [Memória da Fábrica da Baleia em São Miguel](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 16

Referência: 54.03.02 – N.º 224X;

Assunto: [Requalificação e Beneficiação da Estrada Regional entre a Ribeira do Almeida e os Biscoitos](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 16

Referência: 54.01.05 – N.º 226X;

Assunto: [Ausência da Classificação de Leite aos Sábados, Domingos e Feriados](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 16

Referência: 54.01.00 – N.º 230X;

Assunto: [Cursos de Formação Profissional](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 19

Referência: 54.03.00 – N.º 219X;

Assunto: [Contratos adicionais ao contrato de execução da obra do Parque de Exposições da ilha Terceira](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 20

Referência: 54.06.03 – N.º 212X;

Assunto: [Agenda para a criação de emprego e competitividade empresarial](#)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 27

Referência: 54.03.00 – N.º 138X.

6 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a remeter relatórios da Provedora do Ouvinte da RTP e do Provedor do Telespectador da RTP analisados nas reuniões do Conselho de Opinião da RTP, SA.

Proveniência: José Lourenço Representante da Região do Conselho Opinião Rádio e Televisão de Portugal

Data de Entrada: 2014 – 05 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: Ofício a remeter o relatório aprovado - "Auditoria ao sector empresarial do Município das Velas."

Data de Entrada: 2014 – 05 – 13

Proveniência: Tribunal de Contas;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Congratulação - Centésimo quinquagésimo aniversário da publicação do último volume dos Anais da Ilha Terceira de Francisco Ferreira Drummond

Data de Entrada: 2014 – 05 – 13

Proveniência: O Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Pesar - Falecimento de Artur Tavares

Data de Entrada: 2014 – 05 – 14

Proveniência: António Tavares;

Assunto: Ofício a comunicar que parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que diz respeito à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, que altera o Regulamento (UE) n.º XXX/XXX do Parlamento Europeu e do Conselho [Regulamento relativo aos controlos oficiais] e que revoga o Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho [COM (2014) 180], foi enviado às instituições europeias no dia 14 de maio e manifestaram o apreço pelo trabalho de escrutínio das iniciativas europeias desenvolvido pela ALRAA

Data de Entrada: 2014 – 05 – 15

Proveniência: Comissão da Assembleia da República;

Assunto: Ofício a enviar o Relatório de Atividades 2013 e respetivo anexo

Data de Entrada: 2014 – 05 – 15

Proveniência: O Provedor de Justiça, José de Faria Costa;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2002/A, de 10 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio e 2/2014/A, de 29 de janeiro, que estabelece o Regime Jurídico da atribuição do Acréscimo Regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional à atribuição mínima Complementar Regional” – n.º 30/X

Autor: Governo

Data de Entrada: 2013 – 05 – 19

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2013 – 06 – 18;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de Interpelação ao Governo Regional sobre Educação, Ciência e Cultura

Autor: CDS/PP

Data de Entrada: 2013 – 05 – 23;

Assunto: Ofício a remeter o relatório anual de atividades inspetivas, nos termos do artigo 10.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2008/A, de 11 de junho, que criou o regime jurídico aplicável à venda e consumo de bebidas alcoólicas, na Região Autónoma dos Açores

Autor: Gabinete do Vice-Presidência – Emprego e Competitividade Empresarial

Data de Entrada: 2013 – 05 – 22;

Assunto: Ofício a remeter o relatório resultante da ação inspetiva, relativo à conformidade da aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A, de 19 de junho, em todas as escolas do Sistema Educativo Regional.

Proveniência: Gabinete do Vice-Presidência – Emprego e Competitividade Empresarial

Data de Entrada: 2014 – 05 – 29.

7 – Relatórios:

Assunto: [Decreto-Lei - Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 193/95, de 18 de julho, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional](#) – n.º 198/2014 – n.º 101-OGP

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 05 – 28;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/X – Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho, alteração ao regime jurídico do conselho de ilha](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 05 – 29;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/X – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho, que estabelece o regime jurídico do conselho de ilha](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 05 – 29;

Assunto: [Verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Paulo Alexandre Vieira Borges](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 05 – 29;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/X – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/98/A, de 4 de agosto, que define e caracteriza o património baleeiro regional e estabelece medidas e apoios destinados à respetiva inventariação, recuperação, preservação e utilização](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 05 – 30;

Assunto: [Proposta de Lei – Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais responsáveis pelas instalações elétricas, conformando-os com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/35/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno](#) – n.º 216/XII/3 – n.º 89/AR

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 05 – 13;

Assunto: [Proposta de Lei – Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.º s 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno - n.º 217/XII/3 – n.º 090-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 05 – 15;

Assunto: [Projeto de Lei - Libertar o país da austeridade, em defesa do Estado Social, dos Salários e das Pensões \(Oitava alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto – Lei de Enquadramento Orçamental\) – n.º 591/ XII/3.^a – n.º 91-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 05 – 22;

Assunto: [Projeto de Lei - Procede à oitava alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, revogando as normas expressas no Tratado Orçamental – n.º 592/ XII/3.^a - n.º 92-AR](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 05 – 22;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 31/X – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro, que estabelece o regime jurídico do fundo de compensação salarial dos profissionais da pesca dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 05 – 29;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 60/X – Rede Açoriana de Ninhos de Empresas](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 05 – 29;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/X – Sistema de incentivos para a competitividade empresarial - COMPETIR +.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 05 – 29.

8 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.º s 61, 62, 63 e 64 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, bem como a Separata n.º 2.

—

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco